

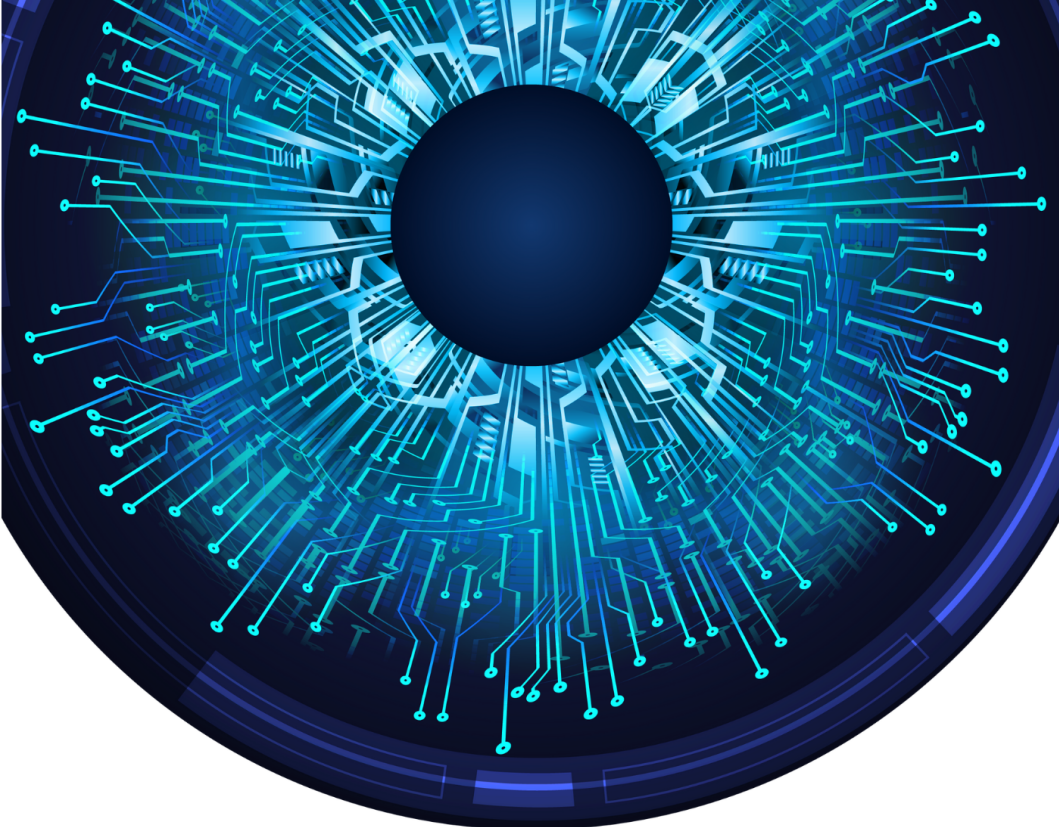
A GESTÃO EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ÓTICA
PAULOFREIRIANA

LEANDRO GILSON DE OLIVEIRA



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



A GESTÃO EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ÓTICA
PAULOFREIRIANA

LEANDRO GILSON DE OLIVEIRA



Periodicojs
EDITORA ACADEMICA

Conselho Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G393 A gestão educacional na construção do conhecimento: em uma gestão democrática na ótica paulofreiriana. / Leandro Gilson de Oliveira – João Pessoa: Periodicojs editora, 2024

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-105-0

1. Gestão educacional. 2. Gestão democrática. I. Oliveira, Leandro Gilson de. II. Título

CDD 370.2

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Gestão educacional: 370.2

Obra sem financiamento de órgão público ou privado. Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Teses e Dissertações na América Latina da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A obra intitulada de “A gestão educacional na construção do conhecimento: em uma gestão democrática na ótica Paulo Freiriana” é fruto da pesquisa produzida pelo pesquisador Leandro Gilson de Oliveira. A publicação desse livro junto a Editora Acadêmica Periodicojs se encaixa no perfil de produção científica produzida pela editora que busca valorizar diversos pesquisadores por meio da publicação completa de suas pesquisas. A obra está sendo publicada na seção Tese e Dissertação da América Latina.

Essa seção se destina a dar visibilidade a pesquisadores na região da América Latina por meio da publicação de obras autorais e obras organizadas por professores e pesquisadores dessa região, a fim de abordar diversos temas correlatos e mostrar a grande variedade temática e cultural dos países que compõem a América

Latina.

Essa obra escrita pelo pesquisador possui grande relevância ao discutir a contribuição de Paulo Freire no processo da gestão democrática no ambiente escolar, permitindo assim, uma reflexão e crítica construtiva sobre o modelo de ensino atual.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs



Sumário



INTRODUÇÃO

9

Capítulo 1

O ENGAJAMENTO DA INSPEÇÃO ESCOLAR NA
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PERANTE
UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

12

Capítulo 2

A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM UMA PEDAGOGIA
DO CONFLITO

46

Capítulo 3

A GESTÃO ESCOLAR À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE
PAULO FREIRE

54



Capítulo 4

A AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA EDUCAÇÃO:
UMA VISÃO ABRANGENTE

64

Capítulo 5

FEEDBACK E APOIO NA EDUCAÇÃO

71

Capítulo 6

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO

79

Capítulo 7

FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL
DA INSPEÇÃO ESCOLAR

89

Capítulo 8

PROMOÇÃO DA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

99



Capítulo 9

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTA

108

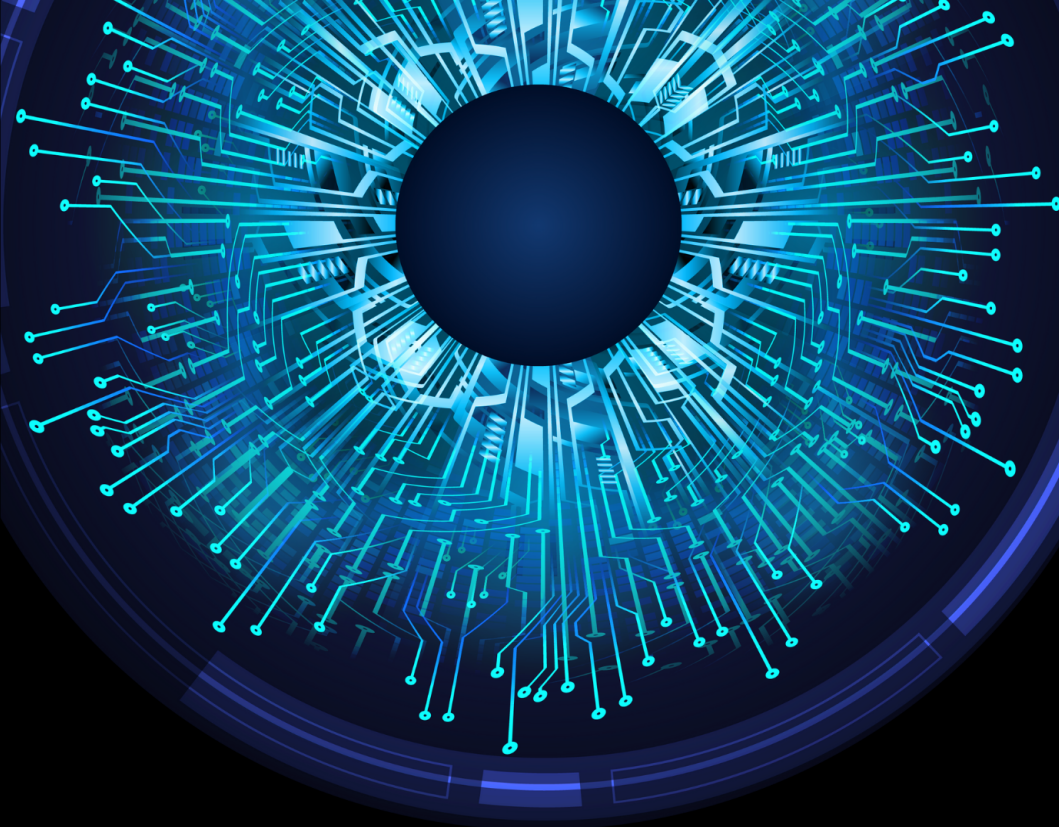
Considerações Finais

119

Referências Bibliográficas

125

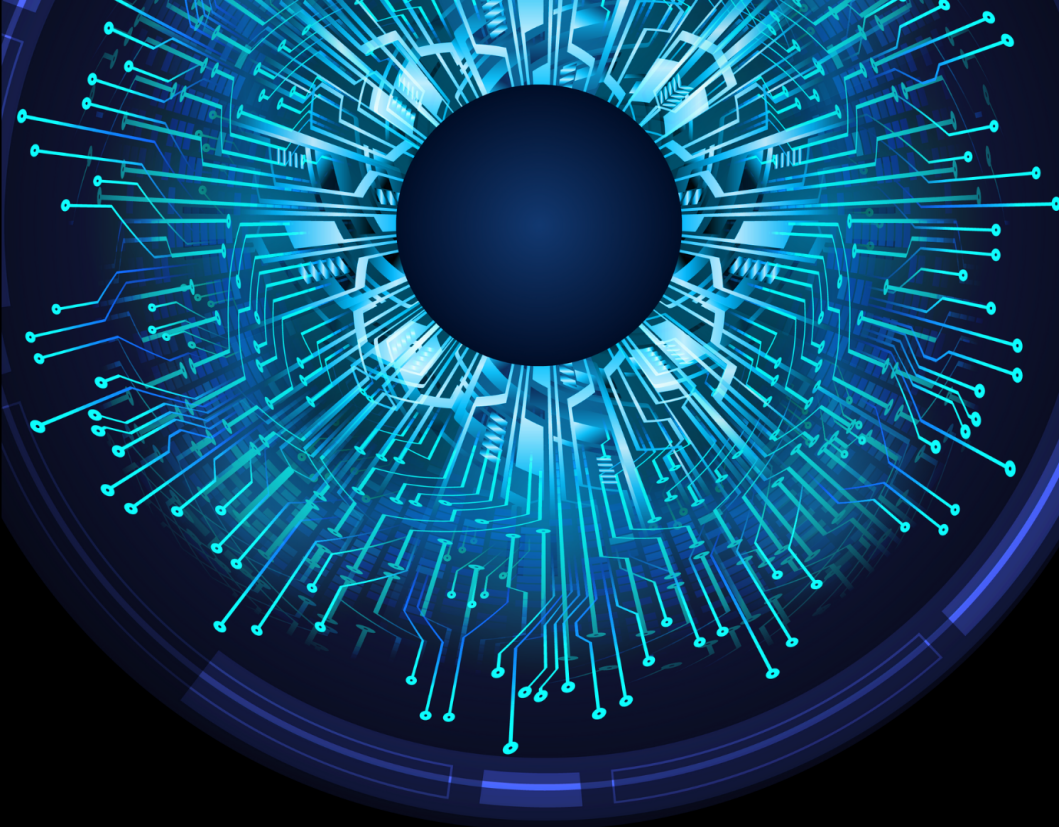




INTRODUÇÃO

Paulo Freire foi um educador, filósofo e escritor brasileiro nascido em 1921, na cidade de Recife, Pernambuco, e falecido em 1997. Reconhecido internacionalmente por suas contribuições à educação, Freire é considerado um dos mais influentes pedagogos do século XX. Além de sua atuação como educador, Freire foi um defensor dos direitos humanos e da justiça social. Ele dedicou sua vida a lutar contra a opressão e a desigualdade, e suas ideias continuam sendo uma fonte de inspiração para educadores, ativistas e pensadores em todo o mundo. Seus livros, incluindo “Pedagogia do Oprimido” e “Educação como Prática da Liberdade”, são leituras fundamentais para quem busca compreender sua contribuição para a educação e para a transformação social. A gestão educacional muitas vezes passa despercebida aos olhos de funcionários de uma escola, e de grande parte da comunidade escolar, porém, é um cargo de grande importância para o funcionamento da engrenagem da educação, que envolve os educandos, os profissionais da educação e principalmente o processo de aprendizagem, como também é fundamental para que ocorra uma gestão admi-

nistrativa favorável e democrática. Desde a análise da dinâmica institucional e seu funcionamento, juntamente com todos os profissionais nela inseridos, o contato com o sujeito para detectar os possíveis problemas que afetam a relações de ensino aprendizagem, intervindo para que a instituição se reestruture, e o sujeito ressignifique sua história, a gestão é responsável por cada passagem. Deve-se também conhecer os contextos macro e micro onde o discente situa-se, seja por meio do diagnóstico, da pesquisa, e ou da observação. Nesse livro, abordaremos a importância da gestão educacional, em uma abordagem teórica – conceitual em uma visão Freiriana, sobre uma gestão democrática no âmbito escolar.



Capítulo 1

**O ENGAJAMENTO DA INSPEÇÃO
ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DO
CONHECIMENTO PERANTE UMA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

A gestão democrática da educação está presente em diversas obras de autores renomados mundialmente, principalmente nos livros de Paulo Freire, que desde os seus primeiros trabalhos, sendo incontornável reconhecer os contributos originais que produziu, tanto em termos teóricos quanto de política educacional.

Existe, um lugar para gestão democrática no conjunto da obra, podendo-se falar de uma concepção freireana de gestão democrática, ancorada nas críticas que produziu às perspectivas mecanicistas, racionalistas e burocráticas de educação, a todas as formas de organização meramente instrumental que recusam a politicidade e a pedagogicidade da organização escolar, ao burocratismo típico da educação brasileira.

Em estudos e observações praticadas em um contexto escolar, e através de uma visão crítica e experiências durante minha carreira profissional no campo da educação, acredito sobre a importância de uma função que muitas vezes passa despercebido por toda comunidade escolar e que é de suma importância para democratização no âmbito es-

colar, que é a função de inspeção escolar.

Essa função pode ser apontada como um meio de combate e enfrentamento a toda forma de autoritarismo e submissão e subserviência ao poder estabelecido, onde o educador ou gestor assuma a educação com um papel predominantemente crítico do contexto histórico-social onde está inserido na busca sua autonomia e na construção de uma sociedade mais democrática, livre de inúmeros intempéries sociais, justiça (equidade), e principalmente solidária.

Na visão de Paulo Freire, o engajamento da inspeção escolar na construção do conhecimento dentro de uma gestão democrática vai além de simplesmente fiscalizar e monitorar as práticas educacionais. Para Freire, a inspeção escolar deve ser entendida como uma oportunidade de diálogo e colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo, incluindo educadores, alunos, famílias e membros da comunidade.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, para Freire, o conhecimento não é algo estático a ser transmitido de forma unilateral pelos professores, mas sim um processo

dinâmico de construção coletiva. Nesse sentido, a inspeção escolar deve reconhecer e valorizar os saberes prévios dos alunos, as experiências de vida de suas comunidades e as diferentes formas de conhecimento que coexistem na sociedade.

Dentro desse contexto, o papel da inspeção escolar é o de facilitar e promover espaços de diálogo e reflexão, onde educadores e demais membros da comunidade escolar possam compartilhar suas experiências, discutir desafios e buscar soluções colaborativas para promover uma educação mais inclusiva e emancipatória. Em vez de impor padrões pré-determinados de ensino e avaliação, a inspeção escolar deve incentivar a autonomia e a criatividade dos professores, permitindo que adaptem suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de seus alunos e contextos locais.

A inspeção escolar, na visão de Freire, deve estar comprometida com a promoção da justiça social e da equidade educacional. Isso significa que os inspetores devem estar atentos às desigualdades existentes dentro do sistema educacional e trabalhar ativamente para superá-las.

Isso pode incluir a identificação e o combate a formas de discriminação, a garantia de acesso igualitário a recursos educacionais e a implantação de políticas que promovam a inclusão de todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia, gênero ou capacidade.

O engajamento da inspeção escolar na construção do conhecimento dentro de uma gestão democrática deve ser pautado pela valorização da diversidade, pelo diálogo e pela busca por uma educação que seja verdadeiramente libertadora e transformadora. Em vez de exercer um papel meramente fiscalizador, a inspeção escolar deve atuar como um agente de promoção da participação, da justiça e da equidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

UMA VISÃO DEMOCRÁTICA NA ÓTICA PAULO-FREIRIANA:

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua cons-

trução” (FREIRE, 1996, P.25).

A afirmação sintetiza a compreensão de Paulo Freire acerca da complexidade das relações entre o ensinar e o aprender. Essa reflexão se inscreve no âmbito da argumentação em torno dos saberes necessários à prática educativa, subtítulo da Pedagogia da Autonomia. Na referida obra, o autor aborda o conhecimento profissional docente a partir de três eixos temáticos: Não há docência sem discência (cap.1); ensinar não é transferir conhecimento (cap.2); ensinar é uma especialidade humana(cap.3).

No Livro Conceitos de Educação em Paulo Freire, no verbete “Compromisso” as autoras trazem uma citação de Freire, do livro Educação e Mudança (1983, p.19), de fundamental importância para entendermos o que significa “engajamento” para Freire: O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiros comprometidos ficam “molhados”, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro.

Freire usa, pois, os dois termos, deixando entender que “engajamento” é mais denso e abrangente em significação. Na tradução do livro “O Personalismo” feita em Portugal, o “engajamento” de original do francês foi traduzido como “compromisso”. Em italiano, como “compromisso”. No Brasil, manteve-se “engajamento”. É publicado hoje, uma revista das Equipes Docentes do Brasil, intitulada “Engajamento”.

Cabe acrescentar que engajamento, para Freire, como para Mounier, representa sempre, sobretudo, compromisso ético e político. Só assim uma vida e obra assumem a dimensão de testemunho profético, de denúncia e de anúncio, o que significa, além disso, abertura na perspectiva da utopia, no horizonte da esperança, dimensões sem as quais a ação carece inteiramente de sentido.

A gestão escolar é ainda um campo pouco explorado no Brasil, pois, no ano de 1987, a revista Em Aberto apresentou um levantamento sobre a produção brasileira na área, constatou que em um total de 110 publicações, 51 eram artigos e 18 eram teses e dissertações sobre o tema.

(LIMA, 2006, p. 12).

Olhando para a realidade atual, com o crescimento das produções de artigos, dissertações e teses sobre o campo da gestão escolar, evidenciamos que este campo é muito fértil. Paulo Freire foi gestor público na cidade de São Paulo entre os anos de 1989 e 1991, deixando-nos um legado que fundamenta e permeia os debates e discussões acerca do tema. Desta forma, procuramos apresentar um enfoque na gestão democrática fundamentada em Paulo Freire.

A gestão democrática escolar está amparada tanto na Constituição Federal (1988), quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96). Onde a “gestão democrática será ministrada no ensino público”. Neste contexto de ensino público, temos uma afirmação de Anísio Teixeira que nos inspira para uma democratização, quando cita: “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública”. (TEIXEIRA, 1997, p. 27).

Naura Ferreira reconhece esta “máquina” que o supracitado autor Anísio Teixeira nos apresentou. A autora

coloca a participação humana como ferramenta necessária para a condução da máquina que prepara a democracia, quando afirma que: (...) é indubitável sua importância como recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização”. (FERREIRA, 2001, p. 305).

Esta participação na democratização da escola pública não deve ser somente um ato político, pois, Naura Ferreira entende como formação cidadã, na busca da justiça social. Desta forma, a gestão democrática escolar deve envolver a escola como um todo, pois, “a democracia, antes de ser uma forma política é uma forma de vida” (BORGES, 2013, p. 186). Uma forma de vida que influencia a consciência e o comportamento do homem quando lançado ao debate, ao diálogo problematizador, com a participação, na busca de soluções dos conflitos enfrentados nas instituições escolares. A participação dos professores, pais e toda comunidade efetiva e dá solidez para gestão democrática. Com a

solidez da gestão, os interesses do Estado podem caminhar junto com os interesses da escola e toda comunidade.

Há um cuidado e reflexão necessária para o processo de democratização que é ressaltado por Moacir Gadotti (2001, p. 24-29), quando nos alerta e solicita um olhar com cuidado quanto à conscientização necessária dos professores e toda comunidade a respeito da gestão democrática, pois, de nada adiantaria uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se o gestor, professores, alunos, e demais atores do processo desconhecem o significado político da autonomia. Para Moacir Gadotti, o exercício desta autonomia não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva.

Nestas perspectivas, efetivar uma gestão democrática escolar implica na participação de todos os segmentos da comunidade escolar, levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos modos de compreender a escola. Há algumas décadas é discutido e debatido a importância atribuída à gestão da escola como

instrumento para promoção da qualidade na educação (PARO, 1997, p. 12-19).

Os discursos da modernização nas escolas não colocavam em questão apenas sua eficácia, mas também, a verdadeira função social da educação e da escola que se pauta na “preparação do cidadão para sua inserção na sociedade, na qual viverá como cidadão e como profissional de alguma área da atividade humana” (MORRETO, 2005, p. 73).

De fato, também merece atenção os princípios e finalidades da educação, em especial o seu caráter público e democrático. Neste contexto: (...) tornar as escolas eficazes tornar-se então, a principal meta das reformas, o que por sua vez, implicaria, adotar também uma outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada em três eixos: a descentralização, a autonomia e a liderança escolar. (FONSECA, 1995, ET AL, p. 53).

Como vimos anteriormente, a democratização da escola pública é um processo que exige a participação de

todos: os gestores, professores, pais e toda “comunidade educativa” (ALVES & VARELA, 2012), mas também está supracitada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e no Plano Nacional da Educação (10.127/2001).

Na ótica Paulo freiriana, uma visão democrática transcende a mera participação em processos eleitorais ou a adesão a um sistema político específico. Para Paulo Freire, a democracia é um processo contínuo de diálogo, participação e transformação social que permeia todas as esferas da vida, incluindo a educação.

É essencial compreender que, para Freire, a educação é um ato político e, portanto, intrinsecamente ligado à democracia. Ele acreditava que a educação deveria capacitar os indivíduos a ler criticamente o mundo ao seu redor e a se tornarem agentes ativos na transformação da realidade. Nesse sentido, uma visão democrática na educação implica na promoção da participação dos alunos no processo de aprendizagem, no respeito à diversidade de saberes e experiências e na valorização do diálogo como forma de cons-

trução do conhecimento.

Para Freire, uma educação verdadeiramente democrática deve ser centrada na conscientização e na libertação dos oprimidos. Isso significa que os educadores devem estar comprometidos em criar espaços de reflexão crítica sobre as estruturas de poder e injustiças sociais, capacitando os alunos a reconhecer e desafiar as formas de opressão em suas vidas e em suas comunidades.

Na prática, uma visão democrática na educação requer o uso de práticas pedagógicas que promovam a participação ativa dos alunos, o respeito à sua autonomia e a valorização de suas vozes e experiências. Isso pode incluir metodologias como a educação problematizadora, em que os alunos são incentivados a investigar questões relevantes para suas vidas e a buscar soluções coletivas para os desafios que enfrentam.

Uma visão democrática na educação também implica na promoção da igualdade de acesso e oportunidades para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia, gênero ou capacidade. Isso significa

garantir que todos os alunos tenham acesso a recursos educacionais de qualidade, apoio emocional e social, bem como oportunidades de participar plenamente na vida escolar e na tomada de decisões que afetam suas vidas. Na educação vai além dos aspectos formais da democracia política e se concentra na criação de ambientes de aprendizagem que promovam a conscientização, a participação e a transformação social. Uma educação verdadeiramente democrática capacita os alunos a se tornarem cidadãos críticos e ativos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Uma visão democrática na ótica paulofreiriana reflete um compromisso com a justiça social, a igualdade de oportunidades e a participação ativa de todos os membros da comunidade. Paulo Freire, renomado pedagogo brasileiro, desenvolveu uma abordagem educacional profundamente enraizada nos princípios da democracia, inclusão e diálogo. Para Freire, a democracia não se restringe apenas aos processos políticos formais, mas permeia todas as esferas da vida social, incluindo a educação.

Em uma visão democrática, segundo Paulo Freire, a sala de aula e a escola são espaços de construção coletiva do conhecimento, nos quais alunos e professores têm voz ativa e são reconhecidos como agentes de transformação. A democracia na educação implica em promover uma cultura de diálogo, respeito mútuo e valorização das diferentes perspectivas e experiências de vida.

Nesse contexto, o papel do educador é o de facilitador do processo de aprendizagem, estimulando a participação dos alunos, promovendo o debate de ideias e incentivando o pensamento crítico. Os alunos são encorajados a questionar, a refletir sobre sua realidade e a buscar soluções para os desafios que enfrentam.

Além disso, uma visão democrática na ótica de Freire também implica em uma gestão escolar participativa e transparente, na qual todos os membros da comunidade educativa têm voz e são envolvidos nas decisões que afetam a escola. Isso inclui desde a definição do currículo até a alocação de recursos e a elaboração de políticas educacionais.

Por fim, uma visão democrática na ótica paulofrei-

riana não se limita à escola, mas se estende à sociedade como um todo. Freire defendia uma educação que fosse capaz de formar cidadãos críticos, atuantes e comprometidos com a transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Em suma, uma visão democrática na ótica de Paulo Freire é aquela que reconhece e valoriza a participação, a diversidade e a igualdade de oportunidades, tanto na escola quanto na sociedade em geral. É por meio dessa abordagem que se pode construir uma educação verdadeiramente emancipadora e transformadora.

CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

O conceito tem como base as teorias de Henry Fayol. Acredita que administrar é exercer a cooperação das relações dentro da escola, ou seja, a participação de todos na tomada de decisão. Os conceitos de eficiência e eficácia, assim como de Método Científico permanecem no decorrer

de sua exposição. (MARINHO, 2014, p. 141).

A definição de “administração escolar” é apresentada de uma forma diferente por Anísio Teixeira. Para o autor, a “administração escolar” é um conceito que está intrínseco à função da escola, e por isso difere da administração de empresas. Para essa diferenciação entendesse a defesa da especificidade da escola, compreendendo esse lócus enquanto espaço de aprendizado, produção sem fins lucrativos e de trabalho exclusivamente pedagógico.

Querino Ribeiro justifica a comparação entre a “administração escolar” e a administração empresarial. Ele compreende que a escola como empresa do Estado, um órgão público, regido por normas externas à ela própria. Dentro dessa definição ressalta o valor da escola e de sua função social. (MARINHO, 2014, p. 142).

O professor Vitor Paro (2012, p. 24) apresenta a “administração escolar”, em seu sentido geral como “[...] a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”, ou seja, a definição dos recursos mais adequados para as atividades que serão desenvolvidas com vis-

tas ao objeto desejado, no caso da escola, transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados.

Dessa forma, a ideia de “gestão escolar” defenderia uma prática, por parte dos atores da escola: “mais” política e “menos” técnica dos seus afazeres; o que exigiria então reflexão específica sobre as suas questões particulares e impediria que o setor educacional importasse práticas mecanicamente de serviços da área empresarial. Para Heloisa Luck (2006) o termo “gestão escolar” fortaleceu-se no final da década de 1980 para o início da década de 1990. Época em que houve no Brasil uma reabertura democrática e a promulgação da nova Constituição (1988); o que propiciou a adoção, nas escolas, de um cotidiano administrativo mais próximo a seus usuários.

De contrapartida, a autora também define a “administração escolar”, quando afirma que o conceito de administração escolar como um fazer linear e mecanicista, em que as ordens eram emitidas, em nível hierárquico, do alto para o baixo, de forma unidirecional e sem grandes discussões. Dentre as definições de Heloisa Luck, ela aborda uma

reflexão sobre a “gestão democrática”, da seguinte maneira:

Gestão Educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios de democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educativo autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). (LUCK, 2006, p.35-36).

Diante dos termos e conceitos até aqui apresentados sobre “administração escolar” e “gestão escolar” adotaremos o conceito de “Gestão Escolar”, por entender que este termo coloca em prática o espírito de Lei, por destacar

a forma democrática com que a gestão dos sistemas de ensino das escolas, onde possam e devam ser desenvolvidas, pois, as Leis citadas anteriormente descrevem “gestão democrática”.

Paulo Freire, conhecido por sua abordagem inovadora na educação, também oferece insights valiosos sobre administração e gestão escolar. Para Freire, a administração e gestão escolar não se limitam apenas à gestão burocrática e à organização de recursos materiais, mas estão intrinsecamente ligadas à missão mais ampla da educação como prática libertadora e transformadora. Aqui estão alguns conceitos de administração e gestão escolar de acordo com a perspectiva de Paulo Freire:

1. Diálogo como Fundamento: O diálogo é a base de uma gestão escolar eficaz. Ele enfatiza a importância de um ambiente de comunicação aberta e respeitosa entre todos os membros da comunidade escolar - diretores, professores, funcionários, alunos e pais. O diálogo promove a colaboração, a compreensão mútua e a cons-

trução de relações de confiança, fundamentais para o sucesso da gestão escolar.

2. **Participação e Autonomia:** Defende a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões e na definição dos rumos da escola. Isso implica em reconhecer e valorizar os saberes e experiências de todos, promovendo uma gestão participativa que respeite a autonomia e a diversidade de ideias e opiniões.
3. **Educação como Prática Democrática:** A gestão escolar deve refletir os princípios da democracia e da justiça social. Isso significa promover a igualdade de oportunidades, combater as desigualdades e as injustiças, e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia ou gênero.
4. **Diagnóstico Participativo:** Freire enfatiza a importância de um diagnóstico participativo para

identificar as necessidades e desafios da escola. Isso envolve a consulta e envolvimento de todos os membros da comunidade escolar na análise da realidade da escola, na identificação de problemas e na busca por soluções coletivas.

5. Formação Continuada e Reflexão Crítica: Valoriza a formação continuada dos gestores escolares, incentivando a reflexão crítica sobre práticas e concepções de administração e gestão. Ele destaca a importância do desenvolvimento profissional dos gestores para promover uma gestão escolar mais eficaz e comprometida com os princípios da educação libertadora.

A administração e gestão escolar devem estar alinhadas com os princípios da educação como prática democrática e transformadora. Isso implica em promover o diálogo, a participação, a autonomia e a justiça social na gestão escolar, com o objetivo de criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos, democráticos e emancipatórios.

Paulo Freire tinha uma visão crítica sobre os conceitos de administração e gestão escolar, enraizados em uma perspectiva mais tradicional e burocrática. Para Freire, a administração e gestão escolar não deveriam ser vistas apenas como processos técnicos de organização e controle, mas sim como práticas políticas e pedagógicas que têm o poder de influenciar profundamente o processo educativo e a formação dos sujeitos.

Em sua obra, Freire enfatizou a importância de uma gestão participativa e democrática, na qual todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, funcionários e pais, tenham voz ativa e sejam envolvidos nas decisões que afetam a escola. Ele criticava a visão hierárquica e autoritária da administração escolar, que muitas vezes marginaliza a participação dos educadores e dos alunos na definição das políticas educacionais.

Além disso, Freire destacava a necessidade de uma gestão escolar que estivesse comprometida com a promoção da igualdade de oportunidades e a justiça social. Ele via a escola como um espaço de luta contra as desigualdades so-

ciais e de promoção da emancipação dos sujeitos, e defendia uma gestão que fosse capaz de enfrentar os desafios e as injustiças presentes na sociedade.

Na perspectiva de Freire, a gestão escolar não deve se limitar apenas à administração dos recursos materiais e financeiros da escola, mas deve ser orientada por uma visão pedagógica e ética, que priorize o desenvolvimento integral dos alunos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso implica em criar espaços de diálogo e reflexão, promover a formação continuada dos educadores e estimular a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar na vida da escola.

Em resumo, os conceitos de administração e gestão escolar segundo Paulo Freire estão profundamente ligados à sua visão de uma educação libertadora e transformadora. Para Freire, uma gestão verdadeiramente democrática e comprometida com a emancipação dos sujeitos é aquela que reconhece a importância da participação, da igualdade e da justiça social na construção de uma escola mais humana e democrática.

CONTRIBUIÇÕES DO INSPETOR ESCOLAR

A Inspeção Escolar está ligada a vários fatores que contribuem com o processo democrático da comunidade escolar. A figura deste profissional nas Instituições Escolares proporciona uma estreita ligação entre os outros órgãos do Sistema Educacional, quer sejam Secretarias, quer sejam Regionais e Unidades Escolares, para garantir a aplicação legal do regime democrático. Por isso, o Inspetor tem uma grande concentração nos aspectos Administrativos, Financeiros e Pedagógicos das Unidades Escolares, trabalhando inclusive, como agente sócio-político. (BIASE, 2009).

O Inspetor Escolar deve analisar a dinâmica institucional com todos os profissionais nela inseridos, como também no contato com o sujeito para detectar os possíveis problemas que afetam a relações de ensino aprendizagem, intervindo para que a instituição se reestruture, e o sujeito ressignifique sua história. Deve também conhecer os contextos macro e micro onde o discente situa-se, seja por meio do diagnóstico, da pesquisa, e ou da observação. Propõe-se

o estabelecimento do diálogo e dos processos grupais entre os atores envolvidos, quais sejam eles: escola – aluno – família.

Dos três sujeitos, o diferencial está no terceiro sujeito, tanto na materialização da introdução da família no espaço, como no desafio de torná-la consciente de sua importância como “sujeita” do fazer educativo. A família e a escola têm sido historicamente as bases da educação de crianças, adolescentes e jovens e têm se constituído como aparelho de inclusão social desse grupo. A família, a escola, os amigos e círculos sociais têm importância crucial na formação do indivíduo, na construção de sua personalidade e na aquisição de uma identidade pessoal (LANE, 1995, apud, SILVA, 2009).

Todavia, deve-se ter um olhar atento e direcionado para a família. Como nos afirma Munhoz (2003, p. 8.), “a família se faz presente desde os primeiros momentos da criação de um novo ser. Se quisermos conhecer o sujeito que aprende, temos que compreender em que contextos aprendizagem acontece”. O foco deve estar centrado no alu-

no, a partir de uma relação dialógica entre escola e família.

Um trabalho de formação continuada na escola é essencial, na qual os profissionais da instituição tenham espaço para o diálogo, a reflexão e a própria avaliação de seus trabalhos, condutas e práticas.

Sobre a questão do trabalho conjunto entre coordenação pedagógica e professor, Vasconcellos (2004) enfatiza:

“Tem havido uma certa confusão em relação ao trabalho do professor: como se constatou que é muito complexo, começou-se a repartir com outros profissionais, ao invés destes profissionais (orientadores, supervisores etc) estarem trabalhando junto ao professor para melhor capacitá-lo, já que ao nosso ver, é ele quem deve enfrentar os conflitos e não cair no jogo dos “encaminhamentos”. O espaço da reunião é privilegiado para esta interajuda entre os profissionais (p.76). “

Nessa perspectiva de interação de toda a equipe, tendo como elemento mobilizador o inspetor escolar, os professores terão muito mais condições de planejar um tra-

balho contextualizado, construindo assim de forma coletiva um currículo que contemple diferentes tipos de atividades, entre eles excursões, jogos, festivais, exposições, no qual o aluno deixa de ser concebido como um indivíduo passivo e é percebido como um sujeito ativo no processo de construção de conhecimentos.

Na ótica de Paulo Freire, as contribuições do inspetor escolar vão além do papel tradicional de fiscalização e monitoramento das práticas educacionais. E defende uma abordagem mais humanizada e participativa da inspeção escolar, onde o inspetor atue como um agente facilitador do processo educativo, promovendo o diálogo, a reflexão crítica e a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar. Aqui estão algumas contribuições do inspetor escolar na perspectiva de Paulo Freire:

- Facilitador do Diálogo: O inspetor escolar, segundo Freire, deve criar espaços de diálogo e reflexão onde educadores, alunos, pais e demais membros da comunidade escolar possam

compartilhar suas experiências, discutir desafios e buscar soluções coletivas para os problemas enfrentados pela escola. O diálogo promove a participação e o engajamento de todos os envolvidos no processo educativo, fortalecendo os vínculos e a colaboração entre eles.

- **Promotor da Conscientização:** Freire enfatiza a importância da conscientização como base para uma prática educativa libertadora. Nesse sentido, o inspetor escolar deve ajudar a comunidade escolar a compreender criticamente sua realidade, identificar os problemas e desafios enfrentados pela escola e buscar alternativas para superá-los. Isso envolve a análise crítica das estruturas de poder e das relações de opressão que permeiam a educação, bem como a promoção de uma visão mais ampla e inclusiva do papel da escola na sociedade.
- **Agente de Transformação Social:** Para Freire, a educação tem o potencial de transformar a

sociedade e promover a justiça social. O inspetor escolar, portanto, deve atuar como um agente de transformação social, trabalhando para superar as desigualdades e injustiças que afetam a escola e sua comunidade. Isso inclui a promoção de políticas e práticas que garantam o acesso igualitário à educação, o combate ao preconceito e à discriminação, e o fortalecimento da participação democrática na vida escolar.

- Estímulo à Criatividade e Inovação: Freire valoriza a criatividade e a inovação como elementos essenciais para uma prática educativa significativa. O inspetor escolar, portanto, deve estimular a criatividade dos educadores, incentivando a experimentação de novas abordagens pedagógicas e o desenvolvimento de projetos educativos inovadores. Isso contribui para tornar a educação mais dinâmica, relevante e engajadora para os alunos.

- Promotor da Formação Continuada: Por fim, o inspetor escolar deve promover a formação continuada dos educadores, fornecendo apoio e recursos para o desenvolvimento profissional e pessoal. Isso inclui a oferta de cursos de capacitação, workshops, seminários e outras atividades de aprendizagem que contribuam para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a atualização constante dos conhecimentos dos educadores.

O inspetor escolar desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação libertadora e transformadora. Suas contribuições vão além da simples fiscalização e monitoramento das práticas educacionais, envolvendo o estímulo ao diálogo, à conscientização, à transformação social, à criatividade e à formação continuada dos educadores. Dessa forma, o inspetor escolar se torna um aliado na busca por uma educação mais democrática, inclusiva e emancipatória.

Embora Paulo Freire não tenha explorado detalhadamente o papel específico do inspetor escolar em sua obra, sua pedagogia libertadora oferece insights valiosos sobre as possíveis contribuições desse profissional dentro do contexto educacional. Freire defendia uma visão de educação como um processo dialógico, crítico e emancipatório, no qual todos os envolvidos na comunidade escolar desempenham um papel ativo na construção do conhecimento e na transformação social.

Dentro desse contexto, o inspetor escolar pode desempenhar um papel fundamental como facilitador e promotor de uma educação verdadeiramente democrática e participativa. Uma das principais contribuições do inspetor escolar, segundo os princípios de Freire, é fomentar a participação ativa de todos os membros da comunidade educativa na tomada de decisões relacionadas à escola.

O inspetor escolar pode trabalhar para criar espaços de diálogo e reflexão nos quais professores, alunos, pais e funcionários possam compartilhar suas ideias, preocupações e perspectivas sobre a educação. Esses espaços

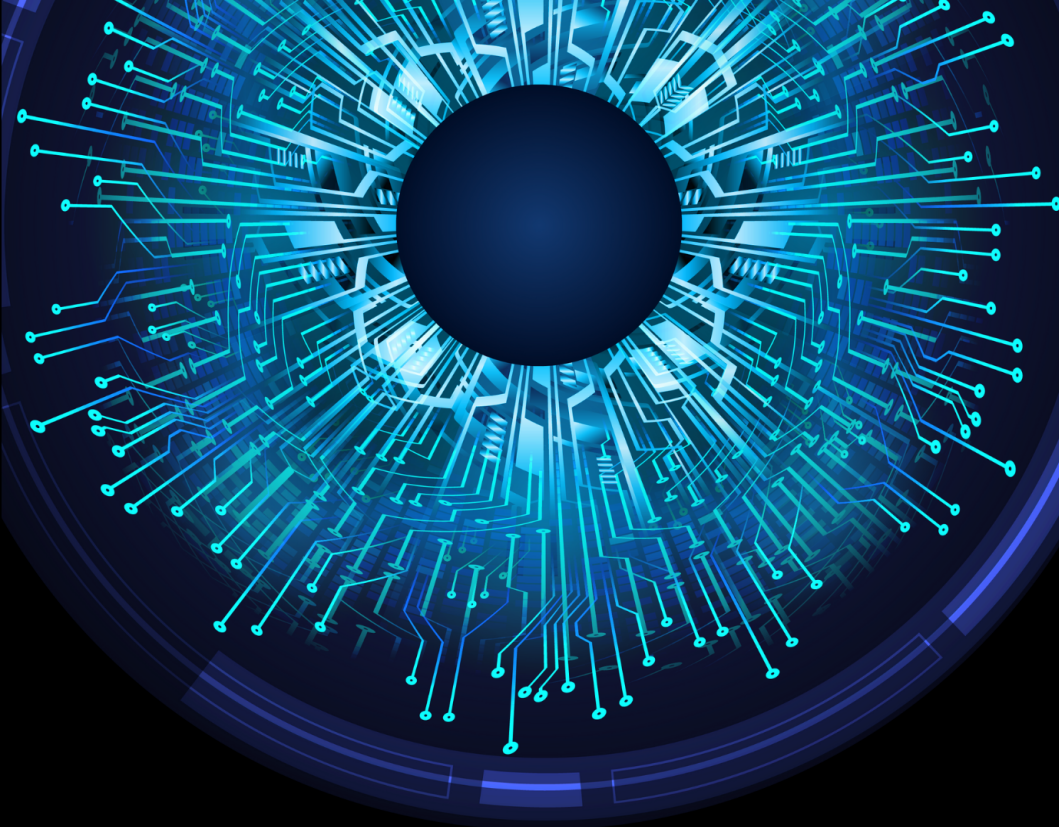
de participação democrática são essenciais para promover uma gestão escolar mais transparente, inclusiva e sensível às necessidades e realidades locais.

Além disso, o inspetor escolar, em consonância com os princípios freirianos, pode desempenhar um papel importante na promoção da formação continuada dos educadores. Ele pode incentivar a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, oferecer suporte e orientação para o desenvolvimento profissional e facilitar o compartilhamento de experiências e saberes entre os educadores.

Outra contribuição importante do inspetor escolar, segundo Paulo Freire, é promover uma cultura de respeito, diálogo e valorização da diversidade dentro da escola. Ele pode trabalhar para criar um ambiente inclusivo e acolhedor no qual todas as pessoas se sintam respeitadas e valorizadas, independentemente de sua origem, identidade ou condição social.

As contribuições do inspetor escolar, segundo os princípios de Paulo Freire, estão intrinsecamente ligadas à promoção de uma educação mais democrática, participativa

e libertadora. Ele pode atuar como um agente de mudança e transformação, trabalhando em colaboração com todos os membros da comunidade escolar para construir uma escola mais justa, igualitária e comprometida com a formação integral dos alunos e com a promoção da cidadania ativa e crítica.



Capítulo 2

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
UMA PEDAGOGIA DO CONFLITO**

Deve-se enfrentar toda forma de autoritarismo e submissão e subserviência ao poder estabelecido, onde o educador ou gestor assuma a educação com um papel predominantemente crítico do contexto histórico-social onde está inserido na busca sua autonomia e na construção de uma sociedade mais democrática, livre, justa e solidária.

Quando o educador ou o gestor repensam a educação, a pedagogia, estão repensando a própria sociedade. Mas afinal o que é a pedagogia do conflito? O próprio Moacir Gadotti assinala que: Uma pedagogia do conflito é essencialmente crítica e revolucionária. Isso significa que ela não esconde as relações existentes entre educação e sociedade, entre educação e poder, ou seja, ela não esconde o papel ideológico, político da educação. (GADOTTI, 2001, p. 59-60).

Quando se aduz à pedagogia do conflito como uma pedagogia revolucionária, quer se ressaltar aquela ação pedagógica, seja do gestor ou do educador, capaz de interferir no contexto histórico-social como uma prática social transformadora, que impulse as mudanças substanciais e

significativas na sociedade. E, nos dias hodiernos, mais que outrora, vivemos em uma sociedade conflitiva com tantas contradições que são expostas diariamente nos telejornais e na mídia com um todo.

Moacir Gadotti destaca quando o conflito se instaurou nas esferas da sociedade ou do poder: Uma sociedade entra em fase de conflito quando as contradições existentes no seu interior rompem os laços orgânicos que as mantinham em equilíbrio. Toda sociedade graças a esse equilíbrio de forças opostas (contradições).

[...] Por sociedade em conflito entendendo aquela sociedade que conquistou o direito de falar, de dar voz ao seu grito sufocado. É assim que vejo nossa sociedade hoje. Uma sociedade, que ainda não conquistou sua liberdade, mas apenas a possibilidade de dizer que não é livre. (GADOTTI, 2001, p. 74).

Na ótica de Paulo Freire, a gestão democrática em uma pedagogia do conflito assume uma abordagem revolucionária, que busca transformar as estruturas de poder e as

relações sociais dentro do ambiente escolar.

A promoção do Diálogo e da Participação, seguindo os princípios freirianos, deve promover um ambiente de diálogo aberto e participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Isso implica na criação de espaços de discussão onde alunos, professores, pais e funcionários possam expressar suas opiniões, debater ideias e contribuir para as decisões relacionadas à gestão escolar.

A Identificação e Abordagem dos Conflitos, onde o inspetor escolar deve estar atento à existência de conflitos dentro da escola e buscar abordá-los de forma construtiva. Em vez de evitar ou suprimir os conflitos, ele deve encará-los como oportunidades para o aprendizado e a transformação. Isso envolve o estímulo ao diálogo e à negociação, a fim de encontrar soluções que atendam às necessidades e interesses de todas as partes envolvidas.

Promoção do Empoderamento dos Envolvidos, dentro de uma perspectiva freiriana, deve trabalhar para empoderar todos os envolvidos no processo educacional. Isso inclui capacitar os alunos a se tornarem sujeitos crí-

ticos e ativos em sua própria educação, os professores a se envolverem em práticas pedagógicas libertadoras e os pais a participarem ativamente da vida escolar de seus filhos. O empoderamento é essencial para a construção de uma gestão democrática que valorize a autonomia e a participação de todos.

O Incentivo à Reflexão Crítica, inspirado na pedagogia do conflito de Paulo Freire, deve estimular a reflexão crítica sobre as estruturas de poder e as relações de dominação presentes na escola e na sociedade em geral. Isso implica em questionar as hierarquias existentes, os padrões de exclusão e as práticas discriminatórias, visando à promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades para todos.

O Fomento à Transformação Social, por fim, o inspetor escolar deve se engajar ativamente na promoção da transformação social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso envolve o estabelecimento de parcerias com movimentos sociais, organizações comunitárias e outros atores engajados na luta por direitos humanos

e sociais. O inspetor escolar, como agente de mudança, tem o potencial de influenciar não apenas a realidade da escola, mas também o contexto mais amplo em que ela está inserida.

As contribuições do inspetor escolar na ótica de Paulo Freire na gestão democrática em uma pedagogia do conflito incluem a promoção do diálogo e da participação, a identificação e abordagem dos conflitos, o empoderamento dos envolvidos, o incentivo à reflexão crítica e o fomento à transformação social. Esses elementos são fundamentais para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e comprometida com a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades.

A gestão democrática em uma pedagogia do conflito na visão de Paulo Freire representa um encontro entre a busca por equidade, justiça social e a valorização do diálogo como instrumento de transformação. Freire entendia o conflito não como algo a ser evitado, mas como uma oportunidade para a reflexão crítica e o desenvolvimento de uma consciência mais ampla sobre as dinâmicas sociais e

educacionais.

Nesse contexto, a gestão democrática emerge como um processo contínuo de negociação e participação, no qual todos os membros da comunidade educativa têm voz ativa e são reconhecidos como agentes de mudança. A pedagogia do conflito propõe que os conflitos não sejam suprimidos, mas sim abordados de forma construtiva, como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

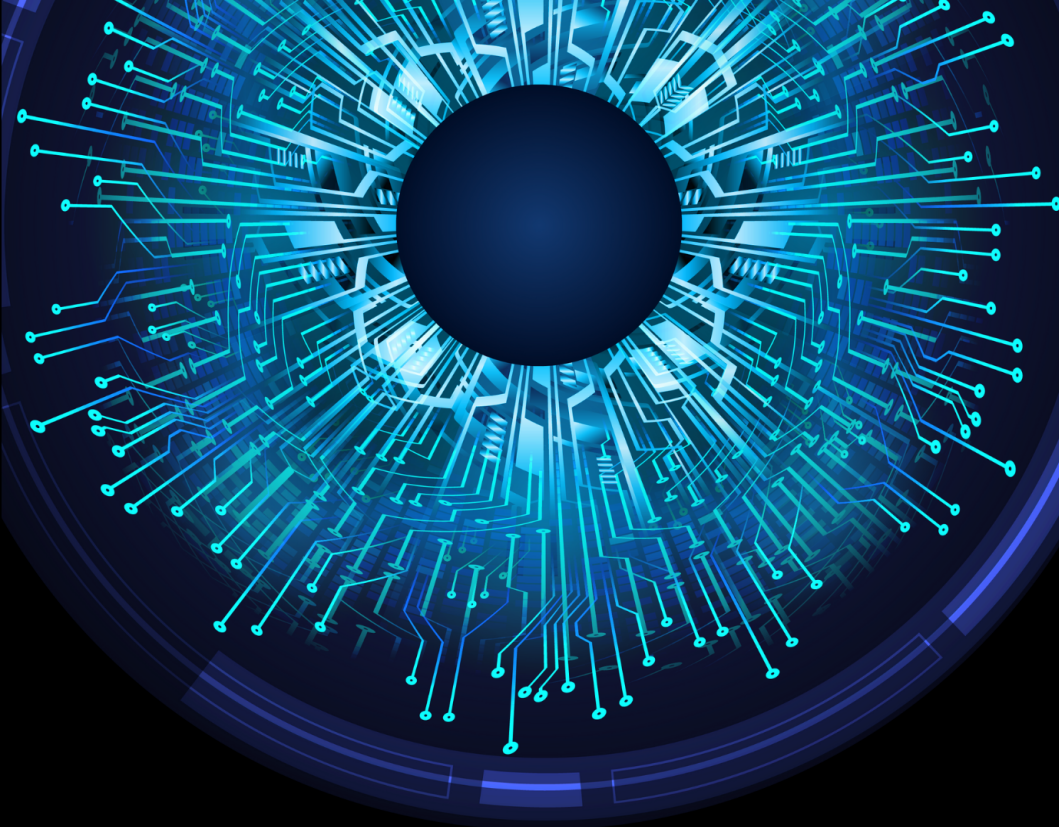
Na gestão democrática inspirada em Freire, os conflitos são encarados como sintomas de desigualdades e injustiças presentes na sociedade e na própria estrutura educacional. Portanto, em vez de serem ignorados ou reprimidos, eles são trazidos à tona e discutidos abertamente, com o objetivo de identificar suas causas e buscar soluções coletivas.

Nesse contexto, o papel do gestor escolar é fundamental. Ele não apenas facilita o diálogo e a participação de todos os membros da comunidade escolar, mas também atua como um mediador imparcial, buscando conciliar diferentes pontos de vista e interesses conflitantes. O gestor

Freireano compreende que o conflito pode ser uma fonte de criatividade e inovação, desde que seja abordado de forma construtiva e respeitosa.

Além disso, na pedagogia do conflito de Freire, a gestão democrática não se limita apenas ao ambiente escolar, mas se estende à comunidade em geral. Os gestores escolares são incentivados a estabelecer parcerias com outras instituições e atores sociais, buscando ampliar o alcance e o impacto de suas ações e promover uma transformação mais abrangente na sociedade.

Em suma, a gestão democrática em uma pedagogia do conflito, na visão de Paulo Freire, é uma abordagem que reconhece a importância do diálogo, da participação e do enfrentamento das contradições como elementos essenciais para a construção de uma educação mais justa, igualitária e libertadora. É por meio desse processo de conflito e negociação que se pode avançar em direção a uma sociedade mais democrática e inclusiva.



Capítulo 3

**A GESTÃO ESCOLAR À LUZ DOS
PRINCÍPIOS DE PAULO FREIRE**

Já temos afirmado que foi de suma importância a noção de democracia que Paulo Freire herdou do amigo e sociólogo romeno Zevedei Barbu, não como mero conceito político, mas como uma forma de vida. Temos dito também que vivemos em uma sociedade plural, fragmentada em conflitos, por isso, o trabalho do diretor escolar deverá ser pautado numa pedagogia que não esconda e camufle o conflito do clima escolar, mas que procure educar para a participação, a dialogicidade e para o comprometimento com a construção de uma nova história, uma nova sociedade pautada no equilíbrio entre diálogo e o conflito. Eis o trabalho do diretor de escola como afirma Márcia Lima:

O trabalho do diretor de escola é pleno de encontros e desencontros, conflitos, desafios e realizações. É muito comum que a realidade do cotidiano e exigências diversas nos afastem daquilo que tinha em princípio, como propósito. Por isso, é possível perceber como as equipes escolares anseiam por presença, atenção, sugestões, decisões e encaminhamentos por parte do diretor. Os muitos problemas existentes

no dia-a-dia das unidades escolares, entre os quais se destacam a falta de diálogo entre os colegas, os conflitos pessoais e as relações de poder que se estabelecem, todos prejudicam e provocam sentimentos de desencanto em relação à escola. O grande desafio hoje é conseguir recriar um novo sentido para a condição humana. (LIMA, 2007, p. 37-38).

O diretor de escola, além de uma visão ampla do conjunto da escola com sua prática educativa, equilibrando o diálogo com a gestão do conflito na organização escolar. Ele também estrutura o clima escolar, conduzindo à participação de todos com a delegação e compartilhamento das responsabilidades de todos os envolvidos no processo educacional.

O diretor de escola é o promotor de uma gestão que conduz à emancipação por meio da educação, sem deixar-se contaminar pelo pragmatismo de tantas ideologias vigentes, nem sempre pautadas na transformação social, mas que buscam somente o ajustamento ou a adaptação ao

modo de produção vigente. É muito importante que na sua gestão consiga desvelar a hermenêutica que apostou Theodor W. Adorno [...] A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo da adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. (ADORNO, 2000, p. 143).

Os gestores, diretores de escola, muito além de todo ajuste ou adaptação são os primeiros que devem enfrentar e resistirem à despolitização da escola pública brasileira, pois não há projeto pedagógico que não seja antes um projeto político, onde se possa emancipar, conscientizar para a cidadania e, conseqüentemente, aprofundar a democracia, para uma sociedade mais justa e igualitária. Eis o que, ainda, almejamos para a sociedade brasileira:

Pensar a educação nesta perspectiva torna-se uma tarefa ética, pois envolve nossa liberdade de escolhas e a discussão acerca de todas as nossas práticas e valores. Este

é o fio condutor da prática educativa de Paulo Freire, não se pode pensar o ser humano distante da ética, menos ainda, fora dela. (BORGES & ALCANTARA, 2018).

Estamos ainda à espera, pois, há grandes percalços, desencantos e tropeços na recente redemocratização do nosso país, o Brasil. Estes desassossegos e desencantos se fazem presentes na gestão escolar, que a nosso modo de ver, também está à espera. À espera de ser realmente uma organização democrática promotora de uma prática da participação, que seja capaz de refletir e indagar os anseios dos atores educativos.

Na abordagem de Paulo Freire, a gestão escolar não é apenas uma questão de administrar recursos e tomar decisões burocráticas. Ela é fundamentalmente uma prática política e pedagógica que deve refletir os princípios da democracia, da participação e da emancipação. Neste capítulo, exploraremos como a gestão do diretor da escola pode ser moldada pelos ideais de Freire, visando criar um ambiente educacional mais justo, inclusivo e transformador.

Paulo Freire defende uma liderança democrática,

baseada no diálogo, na participação e na horizontalidade das relações. O diretor escolar, nessa perspectiva, não é um mero administrador, mas sim um facilitador do processo educativo, que valoriza os saberes dos diferentes membros da comunidade escolar e promove a tomada de decisões coletivas. Ele deve criar espaços de diálogo e reflexão, onde todos tenham voz e se sintam respeitados e ouvidos.

A autonomia escolar é um dos pilares da visão de Freire sobre a gestão educacional. O diretor deve incentivar a autonomia das equipes pedagógicas e administrativas, dando-lhes espaço e liberdade para desenvolverem suas práticas de acordo com as necessidades e realidades locais. Isso implica em descentralizar o poder e promover uma cultura de responsabilidade compartilhada, onde todos se sintam co-responsáveis pelo sucesso da escola.

A participação ativa de todos os membros da comunidade escolar é essencial para uma gestão democrática. O diretor deve criar mecanismos e espaços para que alunos e professores, funcionários e pais possam participar ativamente da vida escolar, contribuindo com suas ideias,

sugestões e preocupações. Isso pode incluir a criação de conselhos escolares, assembléias democráticas e outras instâncias de participação e decisão.

A gestão do diretor deve ser pautada pela promoção da inclusão e equidade educacional. Isso significa garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia, gênero ou capacidade, tenham acesso a uma educação de qualidade e se sintam valorizados e respeitados dentro da escola. O diretor deve estar atento às desigualdades existentes e trabalhar ativamente para superá-las por meio de políticas e práticas que promovam a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Por fim, o diretor deve investir na formação continuada de sua equipe e na promoção da reflexão crítica sobre práticas e concepções de gestão escolar. Ele deve estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais funcionários, incentivando-os a questionar e repensar suas práticas, em busca de uma educação mais humanizadora e libertadora.

A gestão do diretor da escola, à luz dos princí-

pios de Paulo Freire, deve ser permeada pelos valores da democracia, participação, autonomia, inclusão e formação crítica. Somente assim será possível criar escolas verdadeiramente transformadoras, capazes de promover uma educação libertadora e emancipatória para todos os alunos.

A gestão escolar à luz dos princípios de Paulo Freire é permeada por uma abordagem democrática, participativa e emancipatória, que coloca os alunos no centro do processo educativo e busca promover uma educação libertadora e transformadora. Freire entendia a gestão escolar não apenas como uma questão administrativa, mas como um espaço de construção coletiva, onde todos os membros da comunidade educativa têm voz e são corresponsáveis pelo desenvolvimento da escola e dos alunos.

Um dos princípios fundamentais da gestão escolar segundo Freire é a promoção da participação e do diálogo. Para Freire, a gestão democrática é aquela que valoriza a diversidade de saberes e experiências, envolvendo alunos, professores, funcionários, pais e membros da comunidade em processos de tomada de decisão e planejamento escolar.

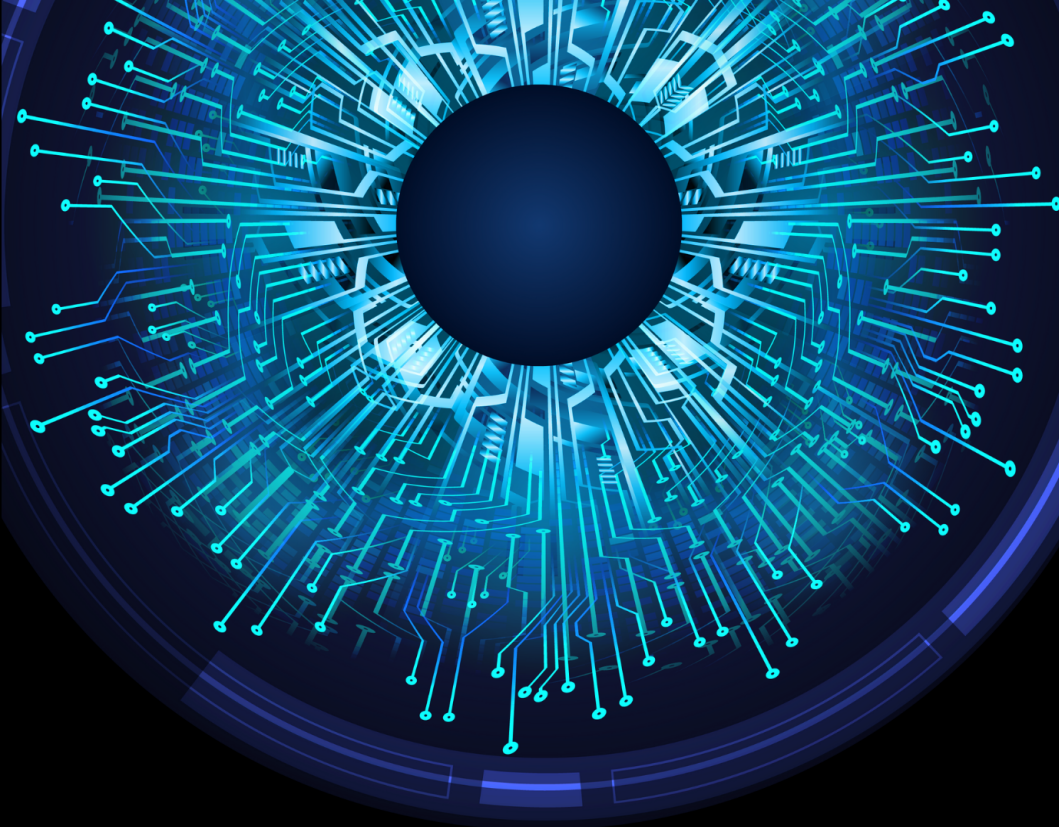
Isso implica em criar espaços de diálogo abertos e inclusivos, onde todos tenham oportunidade de expressar suas opiniões, contribuir com ideias e participar ativamente da vida escolar.

Freire defendia uma gestão escolar que estivesse comprometida com a formação integral dos alunos, indo além do mero ensino de conteúdos acadêmicos para promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, valores éticos e cidadãos, e o senso crítico. Isso implica em uma abordagem pedagógica centrada no aluno, que respeite sua individualidade, estimule sua curiosidade e criatividade, e o capacite a se tornar um agente ativo na transformação da sociedade.

Outro aspecto importante da gestão escolar, segundo Freire, é o respeito à diversidade e à cultura local. Freire valorizava a identidade cultural dos alunos e reconhecia a importância de contextualizar o currículo e as práticas pedagógicas de acordo com as realidades locais. Isso implica em promover uma educação intercultural, que valorize e respeite as diferenças étnicas, culturais, sociais e

individuais dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

A gestão escolar à luz dos princípios de Paulo Freire é aquela que promove a participação, o diálogo, o respeito à diversidade e o compromisso com a formação integral dos alunos. É uma gestão que reconhece a escola como um espaço de construção coletiva, onde todos os membros da comunidade educativa são agentes ativos na promoção de uma educação mais justa, igualitária e democrática.



Capítulo 4

**A AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
NA EDUCAÇÃO: UMA VISÃO
ABRANGENTE**

O monitoramento e a avaliação desempenham papéis cruciais na melhoria contínua da qualidade da educação. Esses processos não apenas fornecem informações valiosas sobre o desempenho das escolas e dos alunos, mas também orientam políticas educacionais e práticas pedagógicas.

O monitoramento refere-se ao acompanhamento contínuo e sistemático das atividades e resultados educacionais. Envolve a coleta regular de dados sobre diferentes aspectos do processo educacional, como desempenho dos alunos, práticas pedagógicas, infraestrutura escolar e utilização de recursos. O objetivo principal do monitoramento é fornecer informações em tempo real para identificar problemas, tomar decisões informadas e realizar intervenções corretivas quando necessário.

Por outro lado, a avaliação é uma análise mais aprofundada e reflexiva do desempenho e dos resultados educacionais. Ela envolve a interpretação dos dados coletados durante o monitoramento para determinar o progresso em relação aos objetivos educacionais estabelecidos. A ava-

liação também permite a identificação de áreas de sucesso e de deficiências, bem como a formulação de recomendações para melhorias futuras.

Quadro 1 – Elaborado pelo autor.

AÇÕES E OBJETIVOS PARA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	
AÇÃO	OBJETIVO
Tomada de Decisões Baseada em Evidências	O monitoramento contínuo fornece dados objetivos que orientam a tomada de decisões informadas em todos os níveis do sistema educacional, desde políticas governamentais até práticas individuais em sala de aula.
Melhoria da Qualidade da Educação	A avaliação regular identifica áreas de sucesso e oportunidades de melhoria, permitindo que as escolas e os sistemas educacionais ajustem suas abordagens e recursos para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.
Prestação de Contas	O monitoramento e a avaliação promovem a transparência e a prestação de contas, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e que os responsáveis pela educação sejam responsabilizados pelos resultados alcançados.
Identificação de Desigualdades e Desafios	A análise dos dados coletados durante o monitoramento e a avaliação revela disparidades no desempenho dos alunos e no acesso à educação, permitindo que os decisores políticos desenvolvam estratégias para abordar essas desigualdades.
Apoio ao Desenvolvimento Profissional	O feedback fornecido por meio da avaliação ajuda os professores e gestores escolares a identificar áreas de desenvolvimento profissional e a implementar práticas pedagógicas mais eficazes.

Quadro 2: Elaborado pelo autor.

ABORDAGENS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
Avaliação Diagnóstica	Realizada no início de um período educacional para identificar as necessidades e habilidades dos alunos, a fim de informar o planejamento do currículo e das intervenções educacionais.
Avaliação Formativa	Realizada durante o processo educacional para fornecer feedback imediato aos alunos e aos professores, permitindo ajustes contínuos nas práticas pedagógicas.
Avaliação Somativa	Realizada no final de um período educacional para avaliar o aprendizado dos alunos e determinar se os objetivos educacionais foram alcançados.
Avaliação Externa	Conduzida por entidades externas, como órgãos governamentais ou organizações não governamentais, para fornecer uma avaliação independente do desempenho educacional e da eficácia das políticas.
Autoavaliação	Realizada pelas próprias escolas e sistemas educacionais, envolvendo uma reflexão interna sobre práticas, desempenho e metas.

O monitoramento e a avaliação são processos interdependentes e complementares que desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade e da equidade na educação. Ao fornecer dados objetivos, feedback construtivo e orientação para a tomada de decisões, esses processos ajudam a garantir que todos os alunos tenham

acesso a uma educação de qualidade e que os sistemas educacionais evoluam continuamente para atender às necessidades em constante mudança da sociedade.

Paulo Freire, renomado educador brasileiro, revolucionou as práticas pedagógicas ao redor do mundo com sua visão humanista e libertadora da educação. Em sua obra, Freire enfatiza a importância da avaliação e do monitoramento como ferramentas essenciais para promover uma educação autêntica, que respeite a dignidade e a singularidade de cada indivíduo. Nesta perspectiva, a avaliação e o monitoramento vão além da mera mensuração de resultados acadêmicos, tornando-se instrumentos de diálogo, reflexão crítica e transformação social.

Na visão de Freire, a avaliação não deve ser um processo unilateral, imposto de cima para baixo, mas sim uma prática dialógica que envolve todos os participantes do processo educacional. Para Freire, a avaliação deve ser uma oportunidade de diálogo entre professores e alunos, onde ambos possam refletir sobre o processo de aprendizagem, identificar pontos fortes e áreas de melhoria, e buscar jun-

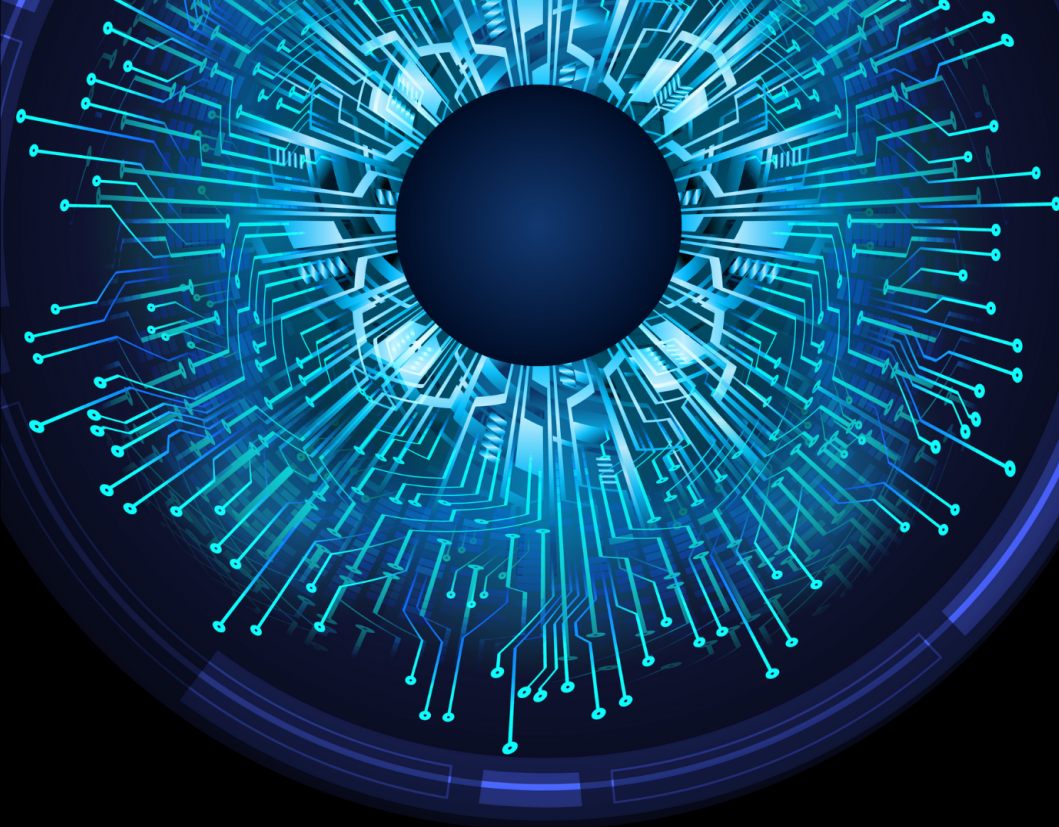
tos estratégias para avançar. Nesse sentido, a avaliação não é um fim em si mesma, mas sim um meio para promover o desenvolvimento pessoal e o crescimento intelectual dos alunos.

Além disso, destaca a importância de uma avaliação contextualizada e sensível às realidades sociais e culturais dos alunos. Isso significa levar em consideração não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também suas experiências de vida, suas aspirações e seus desafios individuais. Uma avaliação autêntica deve valorizar e respeitar a diversidade de saberes e formas de expressão dos alunos, reconhecendo que o conhecimento não é algo estático, mas sim construído de forma coletiva e dinâmica.

No que diz respeito ao monitoramento, Freire enfatiza a importância de um acompanhamento contínuo e reflexivo do processo educacional. O monitoramento não se resume a simplesmente verificar se as metas foram alcançadas, mas sim a acompanhar de perto o desenvolvimento dos alunos, identificar possíveis obstáculos e buscar soluções colaborativas para superá-los. O monitoramento deve

ser um processo participativo, que envolva todos os atores da comunidade escolar, desde os professores e alunos até os pais e membros da comunidade.

Para Paulo Freire, a avaliação e o monitoramento na educação devem ser concebidos como instrumentos de diálogo, reflexão e transformação. Uma avaliação autêntica e sensível às realidades dos alunos é essencial para promover uma educação verdadeiramente libertadora, que respeite a dignidade e a singularidade de cada indivíduo, e que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.



Capítulo 5

FEEDBACK E APOIO NA EDUCAÇÃO

O feedback é uma ferramenta fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e profissional. Trata-se de um retorno de informações sobre nossas ações, comportamentos ou desempenho, fornecido por outras pessoas, sejam elas colegas, superiores, professores, amigos ou familiares. Este retorno é essencial para que possamos avaliar nosso progresso, identificar áreas de melhoria e continuar crescendo.

Uma das principais razões pelas quais o feedback é tão valioso é sua capacidade de oferecer uma perspectiva externa e imparcial sobre nosso desempenho. Enquanto estamos imersos em nossas próprias experiências e percepções, outras pessoas podem oferecer insights e observações que não conseguimos enxergar por conta própria. Isso nos permite ter uma visão mais completa e objetiva de nossas ações e comportamentos.

Além disso, proporciona a oportunidade de aprender com nossos erros e acertos. Quando recebemos feedback construtivo, somos capazes de identificar áreas em que podemos melhorar e desenvolver estratégias para aprimorar

nossas habilidades. Por outro lado, o positivo nos motiva e nos dá confiança para continuar seguindo em frente.

No contexto profissional, exerce um papel crucial no desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para o sucesso. Ao receber respostas ou críticas regularmente de colegas e supervisores, os profissionais têm a oportunidade de aprimorar seu desempenho, expandir seu conhecimento e crescer em suas carreiras. Além disso, também é essencial para o trabalho em equipe e a colaboração eficaz, permitindo que os membros do grupo forneçam e recebam orientações uns dos outros.

No entanto, é importante lembrar que nem todo feedback é útil ou construtivo. É fundamental que seja específico, objetivo e fornecido de maneira respeitosa e empática. Comentários vagos, críticas pessoais e julgamentos não construtivos podem ser prejudiciais e minar a confiança e a motivação da pessoa que os recebe. Portanto, tanto aqueles que dão quanto aqueles que recebem devem estar conscientes de como comunicar e receber críticas de maneira eficaz.

O feedback e o apoio desempenham papéis es-

senciais no processo educacional, contribuindo para o desenvolvimento profissional dos professores, o sucesso dos alunos e a melhoria contínua da qualidade da educação. Neste capítulo, exploraremos a importância do feedback e do apoio na educação, discutindo como esses elementos podem ser efetivamente integrados às práticas pedagógicas e à gestão escolar.

É uma ferramenta poderosa para melhorar o desempenho dos alunos e dos professores. Quando fornecido de maneira construtiva e oportuna, informa os alunos sobre seu progresso, destaca áreas de força e identifica oportunidades de melhoria. Da mesma forma, é oferecido aos professores permite que eles avaliem sua prática pedagógica, identifiquem estratégias eficazes e façam ajustes quando necessário.

São pilares fundamentais da educação eficaz, fornecendo orientação, recursos e incentivo para o crescimento e o sucesso dos alunos e dos professores. Ao integrar o feedback e o apoio às práticas pedagógicas e à gestão escolar, podemos criar ambientes de aprendizado dinâmicos

e inclusivos, onde todos os alunos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. Ao fornecer uma perspectiva externa, identificar áreas de melhoria e promover o aprendizado contínuo, o feedback nos ajuda a alcançar nosso pleno potencial e nos tornar versões melhores de nós mesmos.

O feedback e o apoio na educação, segundo a perspectiva de Paulo Freire, desempenham papéis fundamentais no processo de aprendizagem e emancipação dos indivíduos. Freire entendia a educação como uma prática libertadora, na qual os alunos não eram apenas receptores passivos de conhecimento, mas sim sujeitos ativos na construção de seu próprio aprendizado e na transformação de sua realidade.

Para Freire, não se limita a simplesmente fornecer informações sobre o desempenho dos alunos, mas é uma ferramenta essencial para promover a reflexão crítica e o diálogo dentro da sala de aula. E deve ser construtivo e orientado para o desenvolvimento do aluno, destacando não apenas os erros, mas também os acertos e as áreas de potencial. O feedback deve ser contextualizado e sensível às experiên-

cias e necessidades individuais dos alunos, reconhecendo a diversidade de saberes e formas de aprendizagem.

O apoio, por sua vez, é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor, onde os alunos se sintam encorajados a assumir riscos e a explorar novas ideias. Para Freire, o apoio não se resume apenas a fornecer recursos materiais ou assistência técnica, mas também a oferecer suporte emocional e encorajamento aos alunos em sua jornada de aprendizado. Isso pode incluir a criação de espaços de diálogo e colaboração, o estabelecimento de relações de confiança entre alunos e professores, e o incentivo à autonomia e à iniciativa dos alunos em sua própria aprendizagem.

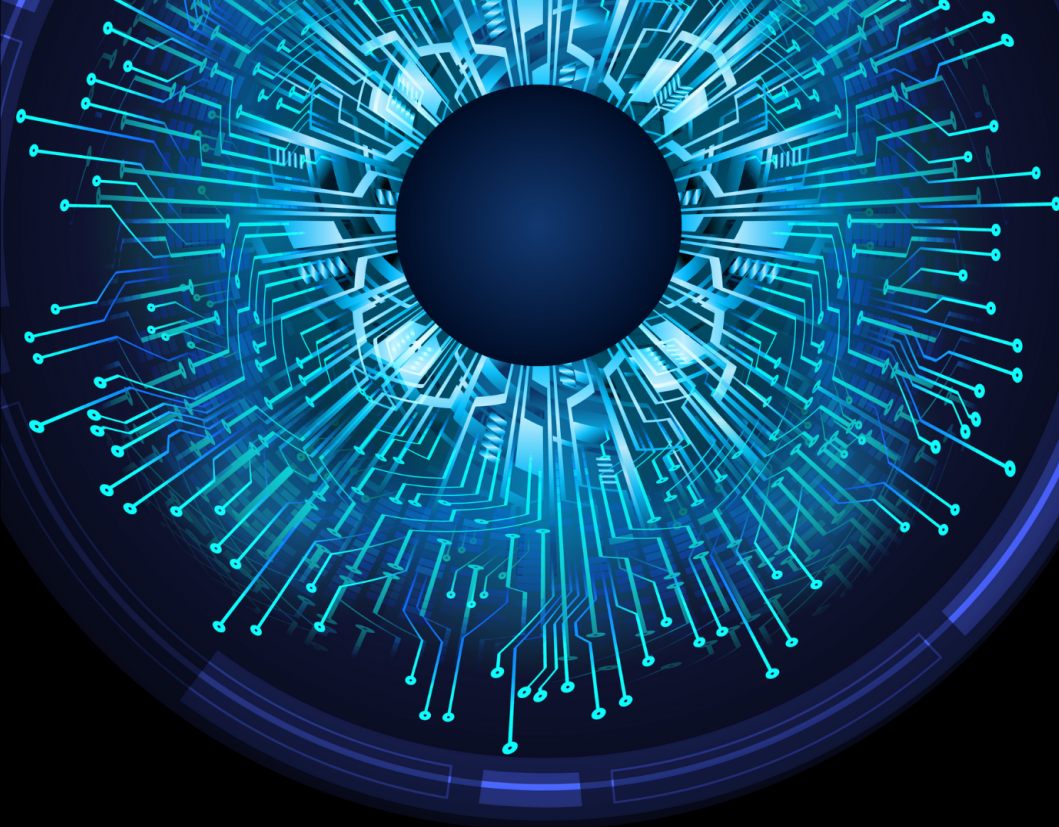
Na visão de Freire, o feedback e o apoio na educação não são apenas ferramentas pedagógicas, mas sim expressões concretas de uma pedagogia libertadora e transformadora. Ao promover uma cultura de diálogo, reflexão e solidariedade, ajudam a criar as condições necessárias para que os alunos se tornem sujeitos ativos na construção de seu próprio conhecimento e na transformação de sua realidade.

Segundo os preceitos de Paulo Freire, o feedback e o apoio na educação desempenham papéis cruciais na construção de uma prática pedagógica mais humanizada, participativa e emancipatória. Freire concebia a educação como um processo dialógico, no qual o diálogo entre educadores e alunos é fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a transformação social. Nesse contexto, o feedback e o apoio são ferramentas essenciais para promover uma relação de confiança, respeito e colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo.

O feedback, para Freire, não se resume apenas a uma avaliação do desempenho dos alunos, mas é uma oportunidade de diálogo e reflexão mútua. Ele valorizava um feedback construtivo, que reconheça os acertos e os desafios dos alunos, e que os estimule a pensar criticamente sobre seu próprio processo de aprendizagem. O feedback deve ser dado de forma respeitosa e empática, levando em consideração as experiências e os contextos individuais dos alunos, e incentivando-os a se engajarem ativamente na construção do conhecimento.

Já o apoio na educação, segundo Freire, vai além do suporte técnico ou material. Ele compreendia o apoio como um gesto de solidariedade e compromisso com o desenvolvimento integral dos alunos. O apoio pode se manifestar de diversas formas, desde o incentivo emocional até a oferta de recursos e oportunidades de aprendizagem. Para Freire, o apoio é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor, onde os alunos se sintam encorajados a explorar novos conhecimentos e a expressar suas opiniões sem medo de julgamento.

Na prática, o feedback e o apoio na educação, segundo os preceitos de Paulo Freire, contribuem para promover uma relação mais horizontal entre educadores e alunos, baseada no respeito mútuo e na confiança. Eles são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem participativo e colaborativo, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno e de se tornarem agentes ativos na transformação de suas próprias vidas e da sociedade em que estão inseridos.



Capítulo 6

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO

A participação da comunidade desempenha um papel vital na promoção de uma educação de qualidade e na construção de escolas mais inclusivas e democráticas. Quando pais, alunos, educadores e membros da comunidade se envolvem ativamente no processo educacional, cria-se um ambiente de aprendizado mais enriquecedor e sustentável, onde todos têm voz e contribuem para o sucesso dos alunos.

Uma das principais razões pelas quais a participação da comunidade é tão crucial na educação é o seu impacto positivo no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos. Quando os pais e familiares participam ativamente da vida escolar de seus filhos, demonstram o valor que atribuem à educação e fornecem um apoio crucial para o sucesso acadêmico. Além disso, a participação da comunidade também ajuda a fortalecer os laços entre a escola e a comunidade local, criando um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

A participação da comunidade não se limita apenas aos pais e alunos, mas também inclui outros membros

da comunidade, como líderes locais, empresários e voluntários. Esses indivíduos podem contribuir de várias maneiras, desde o fornecimento de recursos e apoio financeiro até a prestação de serviços voluntários e o compartilhamento de conhecimentos e habilidades. Ao envolver todos os segmentos da comunidade na vida escolar, cria-se um ambiente de aprendizado mais rico e diversificado, onde os alunos têm acesso a uma variedade de oportunidades e experiências enriquecedoras.

Além de melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, a participação da comunidade também desempenha um papel crucial na promoção de uma cultura escolar mais inclusiva e democrática. Quando os membros da comunidade são ativamente envolvidos no processo educacional, isso promove uma maior transparência e prestação de contas por parte da escola, garantindo que as necessidades e preocupações de todos os envolvidos sejam ouvidas e consideradas. Isso cria um ambiente onde todas as vozes são valorizadas e respeitadas, promovendo um senso de equidade e justiça para todos.

A participação da comunidade também pode ajudar a identificar e abordar questões sociais e culturais importantes que afetam os alunos e suas famílias. Ao trabalhar em estreita colaboração com os membros da comunidade, as escolas podem desenvolver programas e iniciativas que abordem questões como diversidade, inclusão, saúde mental e bem-estar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades individuais.

É essencial para promover uma educação de qualidade e inclusiva. Quando todos os membros da comunidade se envolvem ativamente no processo educacional, cria-se um ambiente de aprendizado mais rico e diversificado, onde todos os alunos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir positivamente para a sociedade.

Para Paulo Freire, a participação da comunidade na educação é um elemento central para a construção de um processo educativo genuinamente libertador e transformador. Freire não via a educação como uma prática isolada, mas sim como um processo que está intrinsecamente ligado

à realidade social, cultural e política das pessoas.

Nesse sentido, a participação da comunidade na educação é crucial por várias razões, entre elas podemos citar a Construção do Conhecimento Coletivo, onde defendia a ideia de que o conhecimento não é transmitido de forma passiva, mas sim construído de maneira coletiva. A participação da comunidade na educação permite a troca de saberes entre diferentes atores - educadores, alunos, famílias e membros da comunidade -, enriquecendo assim o processo de aprendizagem e promovendo uma compreensão mais ampla e contextualizada do mundo.

A Relevância e Contextualização ao envolver a comunidade no processo educativo, torna possível relacionar os conteúdos curriculares com as experiências e realidades dos alunos. Isso ajuda a tornar a educação mais significativa e relevante, pois permite que os alunos vejam a conexão entre o que aprendem na escola e suas vidas cotidianas.

O Fortalecimento da Identidade Cultural, com a participação da comunidade na educação também contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos alunos. Ao

valorizar e incorporar os saberes locais e as tradições culturais na prática educativa, a escola se torna um espaço mais inclusivo e acolhedor, onde todos se sentem representados e respeitados.

No Desenvolvimento de uma Consciência Crítica, em que Freire acreditava que a educação deve capacitar os indivíduos a ler criticamente o mundo ao seu redor e a se tornarem agentes ativos na transformação da realidade. A participação da comunidade na educação permite que os alunos explorem questões sociais, políticas e econômicas relevantes para suas vidas, desenvolvendo assim uma consciência crítica e engajada.

A Promoção da Justiça Social e Equidade, através da participação da comunidade na educação é essencial promover a justiça social e a equidade no sistema educacional. Ao envolver todos os segmentos da comunidade no processo educativo, é possível identificar e combater as desigualdades e injustiças que afetam o acesso e a qualidade da educação, garantindo assim que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver

plenamente.

Paulo Freire via que a comunidade é um espaço vivo de experiências, saberes e culturas. Envolvê-la na educação permite que os conteúdos ensinados sejam contextualizados e relacionados com a realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais significativo e relevante.

Ressaltava a importância do diálogo e troca de saberes entre diferentes atores educacionais. Os conhecimentos e experiências dos membros da comunidade são valorizados e contribuem para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

Ao participar ativamente da educação de seus filhos e de outros alunos da comunidade, os pais e familiares se sentem mais empoderados e engajados no processo educativo. Isso fortalece os laços entre a escola e a comunidade e promove uma maior responsabilidade compartilhada pela qualidade da educação.

A comunidade é capaz de identificar necessidades específicas da região que podem afetar o processo educacional, como questões socioeconômicas, culturais ou am-

bientais. Ao envolver a comunidade na definição de prioridades e na busca por soluções, a escola pode se tornar mais eficaz na promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

A participação da comunidade na educação permite a construção de projetos educativos coletivos, que reflitam as aspirações e demandas locais. Isso fortalece o senso de pertencimento e identidade da comunidade em relação à escola, promovendo uma maior integração e coesão social. Segundo os preceitos de Paulo Freire, é um elemento vital para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente democrático e transformador. Freire, renomado pedagogo brasileiro, defendia uma abordagem pedagógica que reconhecesse a importância da interação entre escola e comunidade como forma de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

Para Freire, a comunidade não deve ser vista como um mero espectador, mas sim como um agente ativo e fundamental na promoção de uma educação significativa e contextualizada. Quando os membros da comunidade participam ativamente do ambiente escolar, trazem consi-

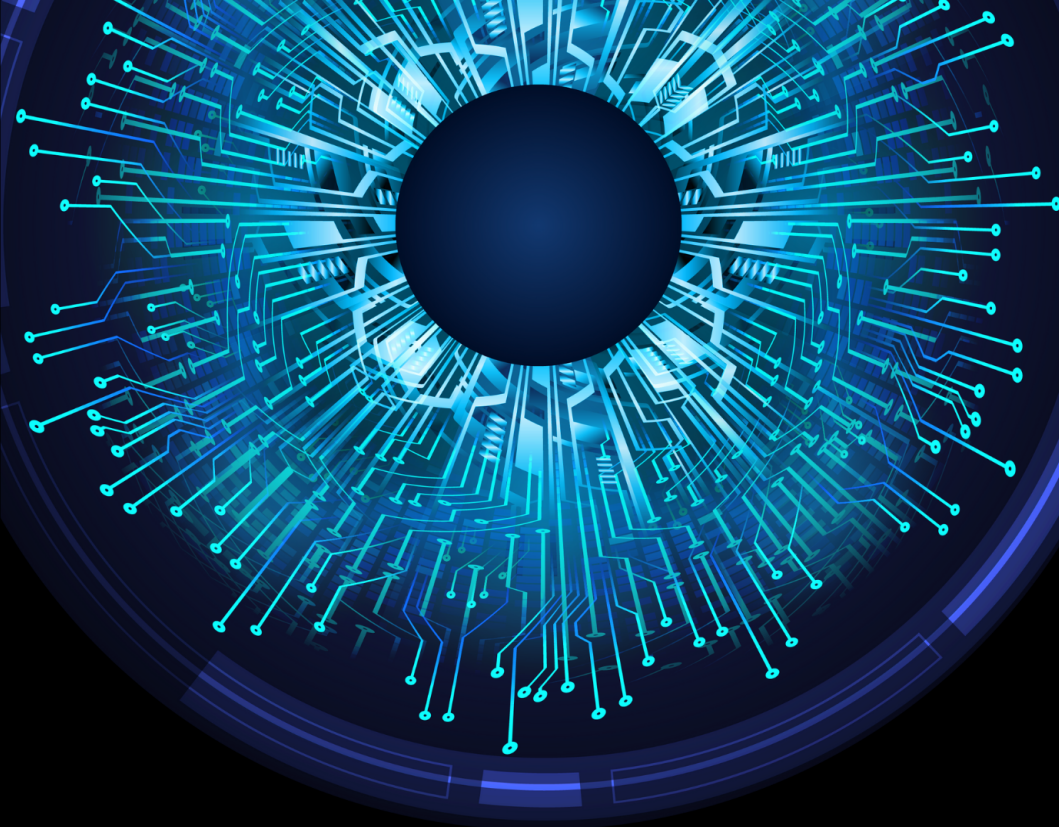
go uma riqueza de experiências, saberes e perspectivas que enriquecem o currículo e o ambiente educacional como um todo.

A participação da comunidade na educação vai além de apenas comparecer a reuniões ou eventos escolares. Ela envolve o engajamento ativo dos pais, familiares, líderes comunitários e demais membros da sociedade civil em todas as etapas do processo educativo. Isso inclui desde o planejamento curricular até a implementação de projetos pedagógicos que estejam alinhados com as necessidades e realidades locais.

Um dos principais benefícios da participação da comunidade na educação é a promoção de uma maior proximidade entre a escola e o entorno social. Isso fortalece os laços de pertencimento e identidade dos alunos com sua comunidade, criando um ambiente mais acolhedor e propício ao aprendizado. Além disso, a participação da comunidade contribui para a criação de uma rede de apoio em torno da escola, que pode oferecer recursos adicionais e suporte emocional aos alunos e educadores.

Outro aspecto relevante é que a participação da comunidade na educação contribui para a construção de uma consciência crítica e cidadã nos alunos. Ao envolver-se ativamente nos processos educativos, os membros da comunidade tornam-se agentes de transformação social, capazes de identificar e enfrentar os desafios que afetam sua comunidade de forma colaborativa e solidária.

Em suma, a participação da comunidade na educação, segundo Freire, é uma via para a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e comprometida com a formação integral dos indivíduos. Ela fortalece os laços entre escola e comunidade, enriquece o processo de ensino e aprendizagem e contribui para a formação de cidadãos críticos, atuantes e comprometidos com a transformação social.



Capítulo 7

FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR

A formação continuada de professores e gestores escolares desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade da educação e no desenvolvimento profissional. A inspeção escolar, como agente de supervisão e apoio, tem o potencial de desempenhar um papel significativo na promoção e facilitação dessa formação. Este documento explora a importância da formação continuada na educação, o papel da inspeção escolar nesse processo e as estratégias para promover uma formação eficaz e relevante.

A educação é um campo dinâmico e em constante evolução, com novas pesquisas, metodologias e tecnologias emergindo regularmente. Para os professores e gestores escolares, a formação continuada é essencial para se manterem atualizados e eficazes em suas práticas. Ela permite que eles adquiram novos conhecimentos, habilidades e perspectivas, melhorando assim a qualidade do ensino e da gestão escolar.

Além disso, ajuda os educadores a enfrentar os desafios emergentes na educação, como a diversidade cultural, a inclusão de alunos com necessidades especiais e a integra-

ção de tecnologia na sala de aula. Ao se manterem atualizados sobre as melhores práticas e abordagens, os professores e gestores podem atender melhor às necessidades variadas dos alunos e garantir um ambiente de aprendizado inclusivo e enriquecedor.

A inspeção escolar desempenha um papel crucial na promoção e facilitação da formação continuada de professores e gestores escolares. Como parte de suas responsabilidades de supervisão e apoio, os inspetores escolares podem:

Identificar necessidades de formação, através da observação das práticas pedagógicas e da análise de dados educacionais, os inspetores escolares podem identificar áreas de necessidade de formação entre os professores e gestores escolares, podem oferecer orientação e recomendações sobre programas de formação relevantes e recursos disponíveis para os educadores. Facilitar o desenvolvimento profissional, organizando workshops, seminários e sessões de treinamento, os inspetores escolares podem facilitar o desenvolvimento profissional dos educadores, abordando

tópicos-chave e promovendo a troca de conhecimentos e experiências.

Monitorar e avaliar o impacto da formação continuada na prática pedagógica e na gestão escolar, garantindo que ela seja eficaz e alinhada às necessidades dos alunos e da escola.

E para promover uma formação continuada eficaz, a inspeção escolar pode adotar várias estratégias, como a personalização, reconhecendo as necessidades individuais dos professores e gestores escolares e oferecer programas de formação personalizados para atender a essas necessidades. Promover a colaboração entre escolas e instituições de formação, permitindo que os educadores compartilhem conhecimentos e experiências e aprendam uns com os outros.

Acesso equitativo, quando garantir que todos os educadores, independentemente de sua localização geográfica ou contexto escolar, tenham acesso igualitário a oportunidades de formação continuada.

Avaliando de forma contínua a eficácia da formação continuada e fazer ajustes conforme necessário para ga-

rantir sua relevância e impacto.

A formação continuada é essencial para garantir que os professores e gestores escolares possam atender às necessidades dos alunos em constante evolução e proporcionar uma educação de qualidade. A inspeção escolar desempenha um papel crucial na promoção e facilitação dessa formação, fornecendo orientação, recursos e apoio aos educadores. Ao colaborar com escolas e instituições de formação, personalizar programas de formação e avaliar continuamente seu impacto, a inspeção escolar pode ajudar a promover uma cultura de aprendizado contínuo e aprimoramento profissional em todo o sistema educacional.

A formação continuada na educação desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento profissional dos educadores e na melhoria da qualidade do ensino. Na visão de Paulo Freire, a formação continuada não deve ser concebida como um mero treinamento técnico, mas sim como um processo de reflexão crítica e aprofundamento teórico que possibilite aos educadores a compreensão mais ampla e profunda de sua prática pedagógica e de seu papel

na sociedade.

Nesse sentido, o papel da inspeção escolar na formação continuada é o de proporcionar um acompanhamento reflexivo e orientado aos educadores, visando aprimorar suas práticas pedagógicas e fortalecer sua autonomia profissional. Em vez de adotar uma abordagem punitiva ou meramente fiscalizadora, a inspeção escolar, segundo Freire, deve atuar como um facilitador do processo de formação continuada, incentivando a colaboração, a troca de experiências e o diálogo entre os educadores.

Para Freire, a formação continuada deve ser centrada nas necessidades reais dos educadores e dos alunos, levando em consideração o contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos. Isso significa que a inspeção escolar deve estar atenta às demandas e desafios específicos de cada escola e comunidade, oferecendo suporte e recursos adequados para atender às necessidades individuais e coletivas dos educadores.

Além disso, a formação continuada na visão de Freire deve ser um processo dinâmico e participativo, que

valorize a experiência e os saberes prévios dos educadores. A inspeção escolar pode desempenhar um papel importante na promoção de espaços de reflexão e discussão, como grupos de estudo, seminários e oficinas pedagógicas, onde os educadores possam compartilhar suas experiências, discutir desafios comuns e buscar soluções colaborativas para os problemas enfrentados em sua prática cotidiana.

A formação continuada na educação, sob a ótica de Paulo Freire, deve estar alinhada com os princípios da educação como prática libertadora e transformadora. Isso implica em promover uma visão crítica e reflexiva da realidade, capacitando os educadores a atuarem como agentes de mudança em suas comunidades e a contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

O papel da inspeção escolar na formação continuada, segundo Paulo Freire, é o de promover uma cultura de aprendizagem contínua e colaborativa, na qual os educadores são incentivados a refletir criticamente sobre suas práticas, a buscar novas formas de abordar os desafios educacio-

nais e a se engajar ativamente no processo de transformação da educação. Ao promover uma formação continuada que seja reflexiva, crítica e sensível às necessidades locais.

Paulo Freire, reconhecido mundialmente por sua pedagogia libertadora, promoveu uma visão revolucionária sobre a formação continuada na educação e o papel da inspeção escolar nesse processo. Freire entendia a formação continuada não como mera transmissão de conhecimentos, mas como um diálogo crítico e reflexivo entre educadores, visando à construção coletiva do saber e à transformação das práticas pedagógicas.

Na perspectiva de Freire, a inspeção escolar não deve ser encarada apenas como um órgão fiscalizador, mas como um agente de apoio e estímulo ao desenvolvimento profissional dos educadores. A inspeção, segundo Freire, deve promover espaços de diálogo e reflexão, incentivando os educadores a questionarem suas práticas, a compartilharem experiências e a buscarem novas formas de ensinar.

Dessa forma, o papel da inspeção escolar na formação continuada, segundo Freire, é o de facilitar e pro-

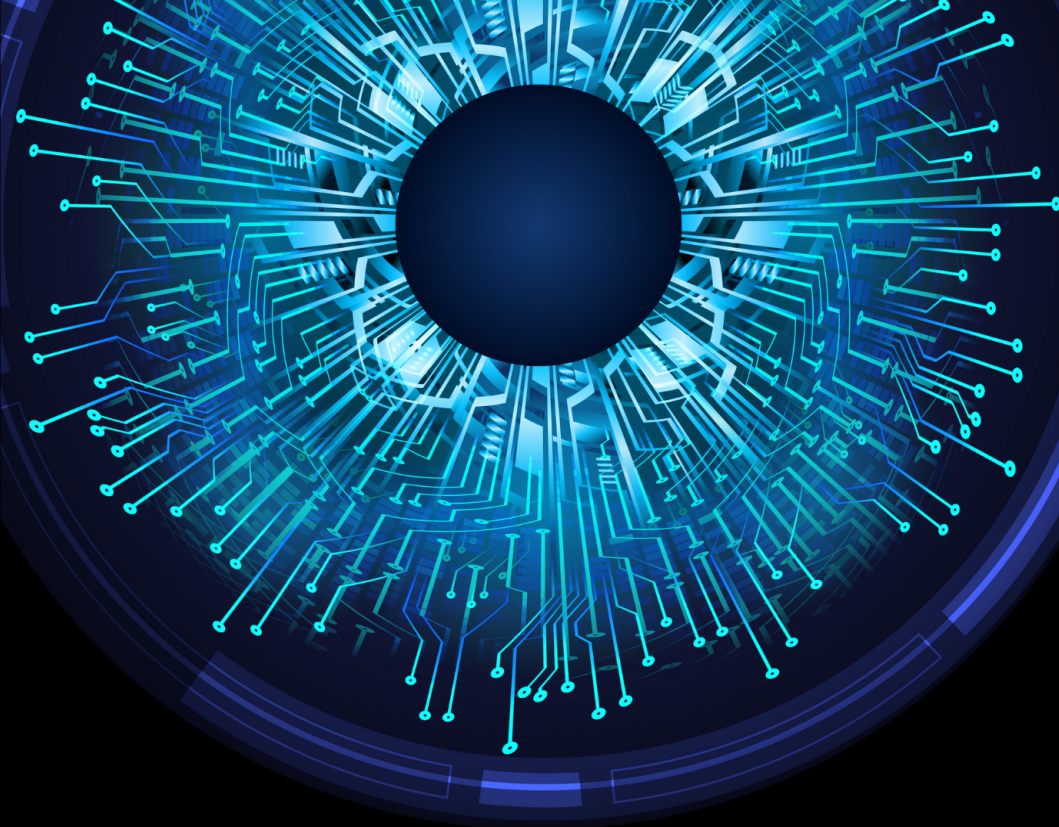
mover a construção de uma consciência crítica e reflexiva dos educadores. Isso implica em criar espaços de discussão e troca de experiências, onde os educadores possam refletir sobre seus próprios processos de ensino-aprendizagem e buscar novas estratégias e abordagens pedagógicas.

Além disso, Freire defendia uma formação continuada sensível às necessidades e realidades locais de cada escola e comunidade. Isso significa que a inspeção escolar deve estar atenta às demandas específicas de cada contexto educativo e desenvolver programas de formação que atendam às necessidades individuais dos educadores e das escolas.

Outro aspecto importante da formação continuada na visão de Freire é o seu caráter democrático e participativo. Os educadores devem ser vistos como sujeitos ativos e protagonistas de seu próprio processo de formação, e não como meros receptores de conhecimento. Portanto, a inspeção escolar deve promover uma formação que valorize a experiência e os saberes dos educadores, e que os estimule a se engajarem ativamente na construção de seu conheci-

mento profissional.

Em resumo, para Paulo Freire, a formação continuada na educação deve ser um processo dinâmico e dialógico, que valorize a experiência e os saberes dos educadores, e que os estimulem a refletir criticamente sobre suas práticas e a buscar constantemente o aprimoramento profissional. Nesse sentido, o papel da inspeção escolar é fundamental, pois cabe a ela criar as condições e os espaços necessários para o desenvolvimento e a promoção dessa formação continuada emancipadora.



Capítulo 

**PROMOÇÃO DA EQUIDADE NA
EDUCAÇÃO**

Capítulo 8: Promoção da Equidade na Educação

A promoção da equidade na educação é uma questão fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades educacionais justas e de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, localização geográfica ou outras características individuais. Nesse contexto, a inspeção escolar desempenha um papel essencial, atuando como um mecanismo de garantia de que todas as escolas recebam o suporte e os recursos necessários para oferecer uma educação equitativa.

Um dos principais papéis da inspeção escolar na promoção da equidade é garantir a distribuição justa de recursos entre as escolas. Isso inclui não apenas recursos financeiros, mas também materiais, humanos e tecnológicos. Ao monitorar de perto como os recursos alocados e utilizados em diferentes escolas, a inspeção escolar pode identificar desigualdades e implantar medidas corretivas para garantir que todas as instituições de ensino tenham acesso aos recursos necessários para atender às necessidades de seus alunos.

A inspeção escolar desempenha um papel crucial na identificação e mitigação de disparidades no desempenho acadêmico entre escolas de diferentes áreas socioeconômicas. Ao analisar dados de desempenho, taxas de aprovação, abandono escolar e outros indicadores, os inspetores podem identificar escolas que enfrentam desafios significativos e fornecer suporte adicional para ajudá-las a melhorar seus resultados.

Outro aspecto importante da promoção da equidade pela inspeção escolar é garantir que todas as escolas ofereçam um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor para todos os alunos. Isso inclui promover práticas de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos, independentemente de suas origens ou características pessoais. Pode ajudar a garantir que as escolas criem dentro de suas peculiaridades políticas de inclusão, como educação especial, apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem e programas de enriquecimento para alunos talentosos.

Além disso, a inspeção escolar pode desempenhar um papel na promoção da equidade ao garantir a políticas e

programas de apoio social e emocional nas escolas. Isso inclui fornecer orientação e recursos para lidar com questões como bullying, saúde mental, violência doméstica e outras formas de trauma que podem afetar o desempenho acadêmico e o bem-estar dos alunos.

É importante ressaltar que a promoção da equidade na educação não se resume apenas a garantir igualdade de recursos e oportunidades entre as escolas. Envolve o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, linguística e de habilidades dos alunos, bem como a criação de um ambiente inclusivo onde todos se sintam respeitados e valorizados.

A inspeção escolar desempenha um papel fundamental na promoção da equidade educacional, garantindo que todas as escolas tenham os recursos, o suporte e as políticas necessárias para oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais. Ao garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação equitativa, a inspeção escolar contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Na visão de Paulo Freire, a promoção da equidade na educação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Freire entendia a educação como um instrumento de transformação social, capaz de romper com as estruturas de opressão e promover a emancipação dos indivíduos. Nesse contexto, a equidade na educação é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Para Freire, a equidade na educação não significa tratar todos os alunos da mesma forma, mas sim reconhecer e valorizar as diferenças individuais e sociais, garantindo que cada aluno receba o apoio e os recursos necessários para atingir seu pleno potencial. Isso implica em criar condições de igualdade de acesso e oportunidades para todos, independentemente de sua origem socioeconômica, etnia, gênero ou capacidade.

Uma das principais contribuições de Freire para a promoção da equidade na educação é sua ênfase na conscientização e na valorização da cultura e dos saberes locais.

Freire acreditava que a educação deve partir das experiências e realidades dos alunos, reconhecendo e valorizando sua identidade cultural e promovendo uma educação que seja contextualizada e relevante para suas vidas.

Além disso, Freire enfatizava a importância de uma pedagogia crítica e emancipadora, que capacitasse os alunos a questionar as injustiças sociais e a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, capacidade de análise e ação coletiva para transformar a realidade.

Na prática, a promoção da equidade na educação, segundo Freire, requer o comprometimento de todos os atores educacionais - desde os educadores e gestores escolares até os pais, comunidade e governo. Isso envolve o uso de políticas públicas e práticas educacionais que garantam o acesso igualitário a recursos e oportunidades, o combate à discriminação e ao preconceito, e o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva e acolhedora.

Segundo Paulo Freire, a promoção da equidade na educação é um imperativo moral e político, que requer

o engajamento de toda a sociedade na construção de uma educação que respeite e valorize a diversidade, promova a justiça social e contribua para a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Na perspectiva de Paulo Freire, a promoção da equidade na educação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Freire entendia que a educação tem o poder de transformar vidas e de contribuir para a superação das desigualdades sociais, desde que seja praticada de forma inclusiva, sensível às diferenças e comprometida com a justiça social.

Para Freire, a equidade na educação significa garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, étnica, cultural ou qualquer outra característica, tenham acesso igualitário a oportunidades de aprendizagem de qualidade. Isso implica em criar políticas e práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade, promovam a inclusão e combatam ativamente qualquer forma de discriminação ou exclusão.

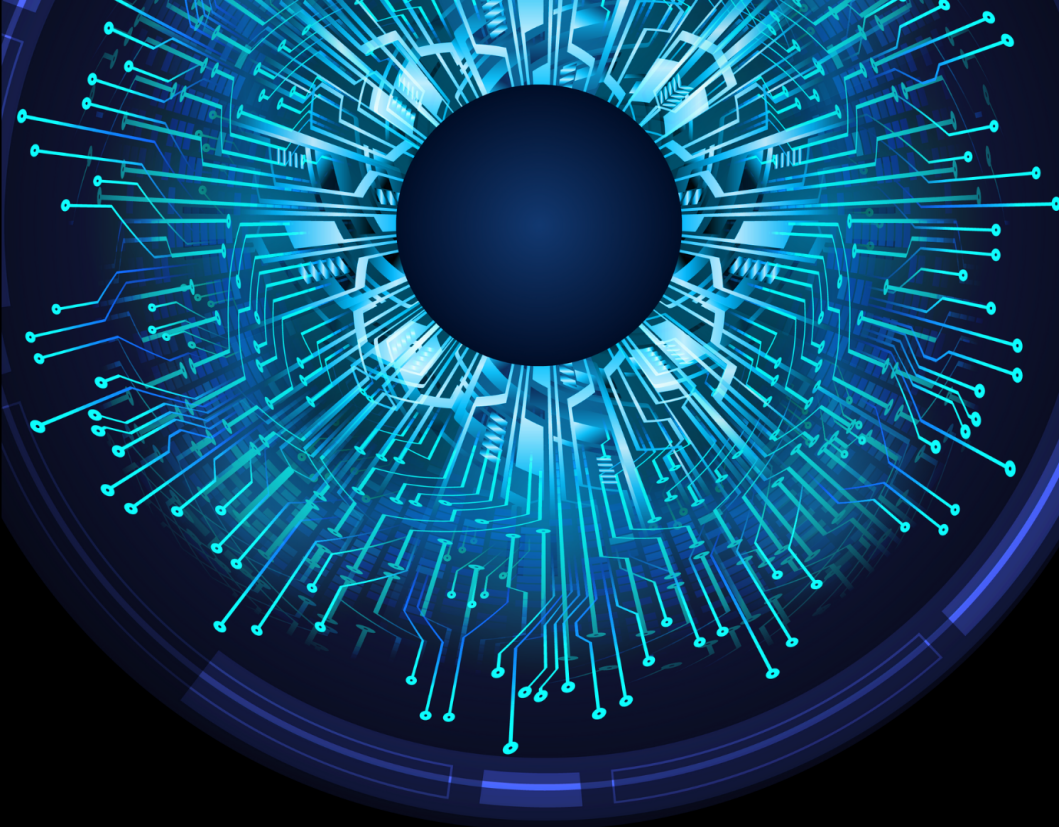
Uma das contribuições mais importantes de Freire

para a promoção da equidade na educação foi sua ênfase na conscientização e na valorização da cultura e dos saberes locais. Freire acreditava que a educação deve partir das experiências e realidades dos alunos, reconhecendo e respeitando sua identidade cultural e promovendo uma educação contextualizada e relevante para suas vidas.

Além disso, Freire defendia uma abordagem pedagógica crítica e emancipadora, que capacitasse os alunos a questionar as injustiças sociais e a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, capacidade de análise e ação coletiva para transformar a realidade.

Na prática, a promoção da equidade na educação segundo Paulo Freire requer o engajamento de todos os atores educacionais - desde os educadores e gestores escolares até os pais, comunidade e governo. Isso implica em adotar políticas e práticas que garantam o acesso igualitário a recursos e oportunidades, promovam a inclusão de grupos historicamente marginalizados e criem um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para todos os alunos.

Em resumo, para Paulo Freire, a promoção da equidade na educação é uma questão de justiça social e direitos humanos. É por meio de uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, promove o diálogo e a participação e capacita os alunos a se tornarem agentes de transformação que podemos construir uma sociedade mais igualitária e democrática.



Capítulo 9

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTA

Transparência e prestação de contas são conceitos intrínsecos à visão de Paulo Freire sobre educação libertadora e transformadora. Para Freire, a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas sim uma prática libertadora que busca a conscientização e a emancipação dos indivíduos. Nesse contexto, a transparência e a prestação de contas desempenham papéis fundamentais, garantindo que a educação seja conduzida de maneira democrática, participativa e responsável.

Segundo Freire, a transparência na educação implica na abertura e na clareza sobre os processos educacionais, incluindo os objetivos, métodos, recursos e resultados. Isso significa que todos os envolvidos no processo educacional, desde os educadores e gestores até os alunos e suas famílias, devem ter acesso à informação e participar ativamente das decisões que afetam suas vidas. A transparência permite que as pessoas compreendam o propósito e o funcionamento da educação e exerçam seu direito de contribuir para a sua melhoria.

Por sua vez, a prestação de contas na visão de Frei-

re implica na responsabilidade dos agentes educacionais em relação aos resultados alcançados e ao uso dos recursos disponíveis. Isso significa que os educadores e gestores devem ser responsáveis não apenas por transmitir conhecimento, mas também por garantir que esse conhecimento seja significativo e transformador para os alunos. Além disso, a prestação de contas implica na prestação de contas à comunidade sobre como os recursos educacionais são utilizados, garantindo que sejam empregados de maneira eficaz e equitativa.

Para Freire, a transparência e a prestação de contas são essenciais para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e libertadora. Através desses princípios, é possível criar espaços educacionais onde todos os indivíduos tenham voz e sejam reconhecidos como sujeitos de sua própria aprendizagem. Isso significa que os alunos não são apenas receptores passivos de conhecimento, mas sim agentes ativos na construção do seu próprio conhecimento e na transformação da realidade ao seu redor.

Sobre transparência e prestação de contas na edu-

cação destaca a importância de uma abordagem democrática e participativa para a prática educacional. Ao promover a transparência sobre os processos educacionais e a prestação de contas em relação aos resultados alcançados, é possível criar um ambiente de aprendizagem que seja verdadeiramente libertador, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A transparência é um elemento essencial para uma educação libertadora e democrática. Freire acreditava que a transparência não se limita apenas à divulgação de informações ou ao acesso aos processos decisórios, mas é fundamental para a construção de relações de confiança, diálogo e participação na comunidade educativa.

Na educação significa abrir espaço para o diálogo e a reflexão crítica sobre os processos educacionais, envolvendo todos os atores relevantes - desde os educadores e gestores escolares até os alunos, pais e membros da comunidade. Isso implica em compartilhar informações de forma clara e acessível, garantindo que todos tenham acesso à

mesma base de conhecimento e possam contribuir de forma significativa para o processo educativo.

Além disso, enfatizava a importância da transparência no exercício do poder e da autoridade na educação. Ele criticava práticas autoritárias e paternalistas que negavam a voz e a participação dos alunos e da comunidade na tomada de decisões, defendendo uma abordagem mais democrática e participativa. Para Freire, a transparência na gestão escolar implica em compartilhar o poder e promover uma cultura de respeito, responsabilidade e prestação de contas mútua.

Na prática, a transparência na educação, requer o estabelecimento de mecanismos e práticas que promovam a abertura, o diálogo e a participação. Isso pode incluir a realização de assembleias e reuniões abertas, a divulgação de documentos e relatórios educacionais, a criação de canais de comunicação e feedback, entre outras iniciativas que promovam a troca de informações e a construção de consenso na comunidade educativa.

Para Paulo Freire, a transparência na educação é

um princípio ético e político fundamental, que deve orientar todas as práticas e relações dentro da escola. Ao promover a transparência, é possível construir uma educação mais democrática, participativa e inclusiva, onde todos os membros da comunidade educativa se sintam respeitados, valorizados e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Freire renomado pedagogo brasileiro, enxergava a transparência e a prestação de contas como elementos essenciais para uma educação verdadeiramente democrática e emancipadora. Em sua visão, a transparência vai além de simplesmente divulgar informações ou prestar contas das ações realizadas. Ela está intrinsecamente ligada ao processo de diálogo, participação e responsabilização mútua entre todos os envolvidos no contexto educacional.

A transparência na educação significa criar espaços de diálogo abertos e inclusivos, nos quais alunos, educadores, gestores escolares e membros da comunidade possam compartilhar suas ideias, preocupações e aspirações. Esses espaços promovem uma cultura de confiança e colaboração,

fundamentais para a construção de relações interpessoais saudáveis e para o fortalecimento da comunidade escolar como um todo.

Além disso, via a transparência como um instrumento de empoderamento dos indivíduos. Ao terem acesso livre e transparente às informações sobre as políticas educacionais, os processos decisórios e os resultados alcançados, os membros da comunidade educativa podem tomar decisões mais informadas e participar ativamente da construção e gestão da educação.

No que diz respeito à prestação de contas, Freire defendia que todos os agentes envolvidos na educação, sejam eles educadores, gestores escolares ou autoridades governamentais, devem ser responsáveis por suas ações e pelos resultados obtidos. Isso implica em criar mecanismos eficazes de avaliação e monitoramento, que permitam verificar se as políticas educacionais estão sendo implementadas de forma eficaz e se estão contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

No entanto, Freire alertava para o perigo de trans-

formar a prestação de contas em um mero exercício burocrático. Para ele, a prestação de contas deve ser acompanhada por uma análise crítica e reflexiva dos resultados obtidos, com o objetivo de identificar pontos fortes e áreas de melhoria e promover ajustes necessários para alcançar os objetivos educacionais de forma mais eficaz.

Para Freire, a prestação de contas deve ser um instrumento de diálogo e participação, no qual os gestores escolares e as autoridades educacionais compartilham informações sobre suas ações, decisões e resultados com todos os envolvidos no processo educativo. Isso implica em criar espaços de debate e reflexão nos quais os membros da comunidade educativa possam analisar criticamente as políticas e práticas educacionais e contribuir para a tomada de decisões.

Além disso, destacava a importância de uma prestação de contas que fosse sensível às necessidades e realidades locais de cada escola e comunidade. Ele defendia uma abordagem participativa, na qual os gestores escolares estivessem abertos ao diálogo e ao feedback da comunidade,

e fossem capazes de ajustar suas práticas de acordo com as demandas e expectativas locais.

No entanto, Freire alertava para o perigo de uma prestação de contas que se limitasse apenas a indicadores quantitativos ou a uma visão superficial dos resultados educacionais. Ele enfatizava a importância de uma análise qualitativa e contextualizada dos resultados, que levasse em consideração as diferentes realidades e desafios enfrentados por cada escola e comunidade.

Por fim, Freire destacava a necessidade de uma prestação de contas que fosse acompanhada por uma análise crítica e reflexiva dos resultados obtidos. Isso implica em questionar não apenas o que está sendo feito, mas também por que está sendo feito e quais são os impactos reais sobre os alunos e a comunidade.

A prestação de contas na educação deve ser um processo ético, transparente e participativo, que promova o diálogo, a responsabilidade e a busca contínua pela melhoria da qualidade da educação. É por meio desse compromisso com a transparência e a participação que se pode construir

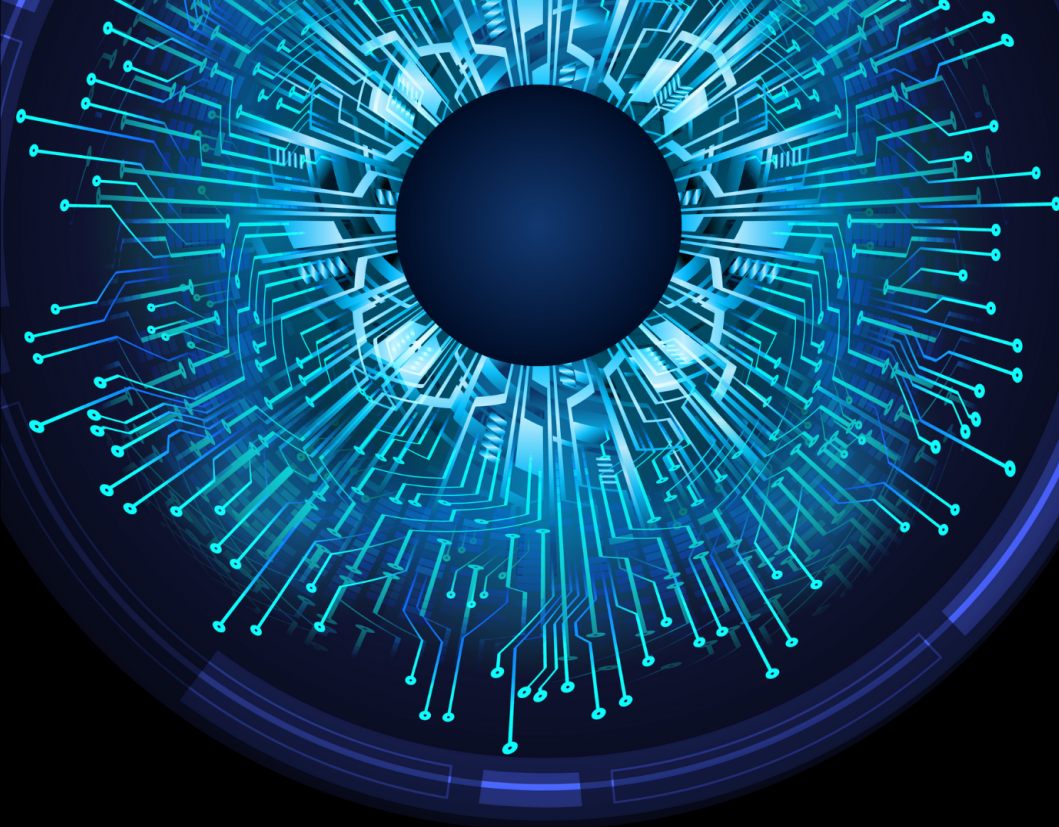
uma educação mais justa, igualitária e democrática.

A partir da análise dos conceitos de prestação de contas na visão de Paulo Freire, fica evidente que esse processo vai muito além de meramente apresentar relatórios ou dados numéricos. Para Freire, a prestação de contas é um compromisso ético e político com a comunidade educativa, baseado na transparência, responsabilidade e participação.

Ao longo deste texto, exploramos como Freire entendia a prestação de contas como um instrumento de diálogo, reflexão e engajamento, no qual os gestores escolares e as autoridades educacionais compartilham informações, ouvem o feedback da comunidade e se comprometem com a busca contínua pela melhoria da qualidade da educação. Destacamos a importância de uma prestação de contas sensível às necessidades e realidades locais de cada escola e comunidade, e que vá além de indicadores quantitativos para incluir uma análise qualitativa e contextualizada dos resultados.

Em última análise, a visão de prestação de contas de Freire nos lembra que a educação é um processo coletivo,

que envolve todos os membros da comunidade educativa. Somente por meio do diálogo, da transparência e da participação é possível construir uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e transformadora, capaz de promover o desenvolvimento integral dos alunos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância destacar o que Paulo Freire entende por educação que “A educação nada mais é que a “prática da liberdade” como descreve em sua obra escrita no exílio do Chile em 1965, antes ainda de Pedagogia do Oprimido. “Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”. (FREIRE, 2007, p. 44).

Para que se consiga uma gestão democrática na escola faz-se mister uma pedagogia da dialogicidade comprometida com a busca da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia do homem, sujeito de sua própria história e construtor do seu destino.

Uma pedagogia assim entendida, em que a dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade (FREIRE, 2005, p. 89-99) é capaz de impulsionar uma gestão que priorize o diálogo, a participação e emancipação, que conduza à cidadania, à democracia. A experiência democrática somente é possibilitada pela educação, pois afirma Freire: “A democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem”.

(FREIRE, 2007, p. 104).

Nos dias hodiernos vivemos novamente o perigo da despolitização da escola, a tal “Escola sem Partido”, quiçás, por ainda não compreendemos o que realmente é a vivência em uma sociedade democrática ou, talvez, porque neste país, o Brasil, nunca fomos tão amantes da democracia. Nesta esteira Paulo Freire se refere aos conceitos de democracia explicitados pelo sociólogo romeno, que trabalhou de 1976 a 1986 no departamento de sociologia da Universidade Federal de Brasília.

Paulo Freire em Educação como prática da liberdade conhece e aprofunda a concepção de democracia e sustenta que: “A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe”. (FREIRE, 2007, p. 88).

Após esse preâmbulo nos arriscamos a dizer que em muitas instituições a gestão democrática escolar ainda tem ranços de assistencialismo e de militarismo, pois compreendemos a democracia somente como um conceito político, mas ainda não conseguimos internalizá-la como um esquema mental, uma forma de vida, um modelo ético de vida. Sem essa hermenêutica democrática, teremos sérias dificuldades em implantar uma gestão escolar que seja, realmente, democrática, que inclua toda a comunidade escolar.

Vivemos em uma sociedade, a brasileira, que devido a índices insuportáveis de corrupção e desassossego nos marcos legislativo, político e judiciário, um verdadeiro desencanto com as instituições, ditas democráticas. Se a sociedade está em conflito, também a gestão democrática escolar está em conflito, por isso, a gestão escolar não pode camuflar e falsear, inverter a realidade, escondendo o conflito, mas desvendá-lo e afrontá-lo.

Neste ponto, a gestão deverá responder aos conflitos na ordem pessoal, pedagógica e administrativa com uma

“Pedagogia do conflito”, como pretende o freireano Moacir Gadotti, que a entende como a sua prática da educação, ou da gestão como prática do conflito.

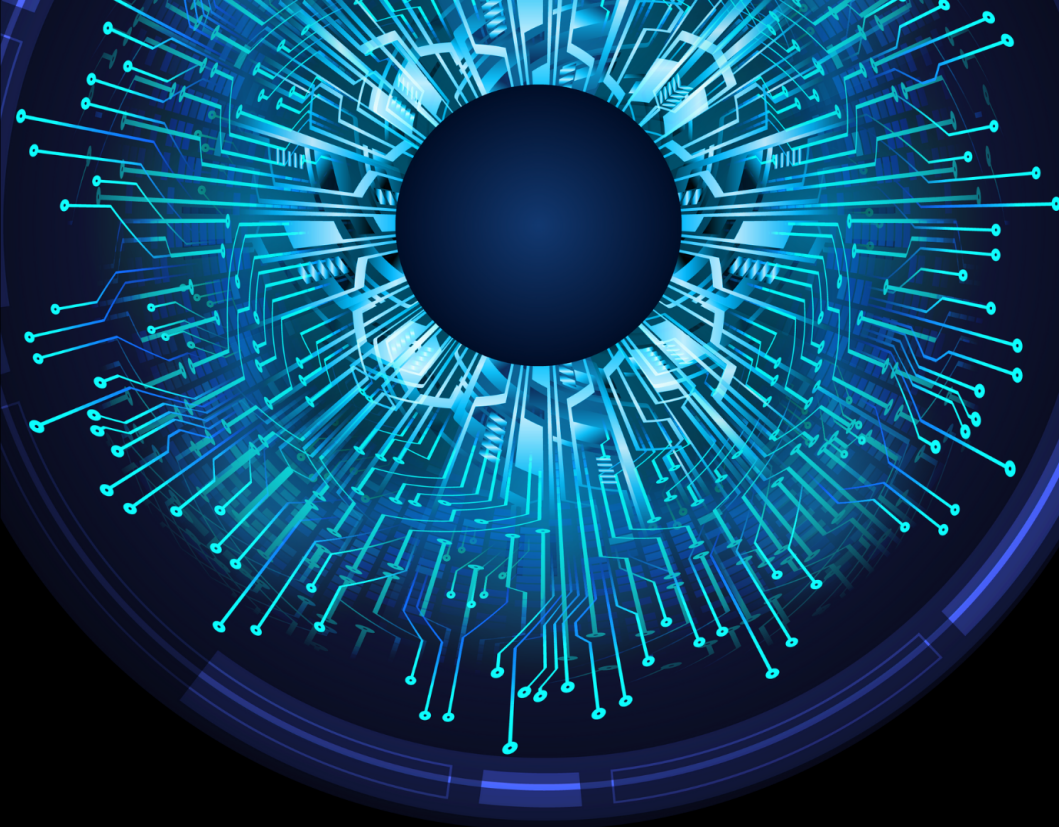
Como conclusão final, podemos destacar a importância dos princípios defendidos por Paulo Freire para a construção de uma educação verdadeiramente libertadora, democrática e transformadora. Ao longo deste texto, exploramos diversos aspectos da visão de Freire, desde a participação da comunidade na educação até a promoção da equidade e da transparência.

Fica evidente que as ideias de Freire continuam sendo relevantes e inspiradoras nos dias de hoje, especialmente em um contexto onde a educação enfrenta desafios complexos e urgentes. Sua ênfase na conscientização, no diálogo, na participação e na valorização da diversidade oferece um caminho promissor para promover uma educação que respeite a dignidade e os direitos de todos os indivíduos.

Neste sentido, é fundamental que educadores, gestores escolares, políticos e membros da comunidade se engajem ativamente na promoção de uma educação basea-

da nos princípios freirianos. Isso requer uma mudança de paradigma, que coloque os alunos no centro do processo educativo, valorize seus saberes e experiências, e promova uma cultura de diálogo, respeito mútuo e colaboração.

Em última análise, ao adotar os princípios de Paulo Freire, podemos construir escolas e sociedades mais justas, igualitárias e democráticas, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno e contribuir para a construção de um mundo melhor para todos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Administração Escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2 ed. rev. São Paulo: VIVESP, 2003.

_____. Educação como prática da liberdade. 30.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2007. (Publicado no exílio do Chile, 1965).

_____. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005. (Publicado no exílio do Chile em 1968).

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ALCÂNTARA. Luiz Alberto de; BORGES. Valdir; FILIPAK. Sirley Terezinha. Fundamentos da gestão

democrática escolar em Paulo Freire. Revista Espacios. Vol. 39 (Nº 43) Ano 2018. Pág. 20 <http://www.revistaespacios.com/a18v39n43/a18v39n43p20.pdf> (acesso em 19 de agosto de 2020).

ALVES, Mariana Gaio. VARELA, Teresa. Construir uma relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de almadra. Revista Portuguesa de Educação, 2012, 25(2), pp. 31-61.

BARBU, Zevedei. Psicología de la democracia y de la dictadura. Buenos Aires: Paidós, 1962. (Traduzido do original em inglês por Noemi Rosemblat).

BORGES, Valdir. A reconstrução de uma ética pedagógica libertadora à luz de Paulo Freire. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. BORGES, Valdir & ALCÂNTARA, Luiz Alberto de. Direitos humanos, educação e ética na era da globalização a partir de Paulo Freire.

COSTA, Marco Antônio F. da & COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Projeto de Pesquisa: entenda e faça. 5. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CURY, Carlos R. Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. v.18, n.2, jul/dez. 2002.

FERNANDES, Osmarina Queiroz & VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Gestão escolar democrática: a percepção dos professores. In: Educare, IX Congresso Nacional de Educação, p. 7288-7300, 2009.

FERREIRA, Naura S. Carapeto et al (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortêz, 2001.

FONSECA, João Pedro da. Planejamento Educacional Participativo. In: Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 21, n° 1, p. 79-112, jan/jun. 1995.

FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. 3. ed. São Paulo: Cortêz e IPF, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 21. ed. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1997;

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2007;

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.

HORA, Dinair Leal. Gestão democrática na escola. Edição nº 10, 2002, Ed. Papyrus. LANDSBERG, Paul-Louis. Problèmes du Personnalisme. Paris: Seuil, 1952;

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. Paulo Freire e a Administração Escolar: A busca de um sentido. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. 148 p.

LOURENÇO FILHO, M.B. Organização e Administração Escolar: curso básico. 8ª edição. Brasília: INEP/MEC, 2007.

MARINHO, Iasmin da Costa. Administração Escolar no Brasil (1935-1968): um campo em construção. Dissertação de Mestrado. USP. 2014. 197 p. LUCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Vol II. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOUNIER, Emmanuel. O euvres. Tome III. 1944-1950. Paris: Seuil, 1962. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ática, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TEIXEIRA, Anísio. Educação para a democracia: introdução à administração educacional. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

VASCONCELOS, Maria L.M.C.; BRITO, Regina H. P. Conceitos de educação em Paulo Freire. São Paulo: Vozes, 2006;

Do autor



Leandro Gilson de Oliveira

Nascido em 28 de janeiro de 1986, num vilarejo conhecido como “Curral Novo”, atualmente conhecido como “Curral Novo de Minas”, pertencente ao município de Antônio Carlos -MG, filho

caçula de uma família de sete irmãos, filho de Elza Maria de Oliveira e Sebastião Oliveira Neto, casado com Rosemare Cristina da Paixão; Pai de uma moça linda chamada carinhosamente de “Nandinha” ou se preferem, Maria Fernanda Magalhães de Oliveira, sempre cercado pelo carinho e apoio de grandes amigos e familiares, não poderia deixar de citar o amigo Iangler e o apoio de meus amados sobrinhos e sobrinhas. Sem esquecer os amigos de profissão que contribuíram para este trabalho através de debates acalorados, e busca por excelência; Funcionário público no cargo de Professor na cidade vizinha de Barbacena, escritor de artigos e capítulos de livros e pesquisador na área de Ciências Sociais; Mestrando pela PUC Minas; Pós-graduado em Educação em Direitos Humanos - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM; Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia - Faculdade Mantense dos Vales Gerais - Intervale; Pós Graduado em Neuropsicopedagogia clínica e institucional - Faculdade Mantense dos Vales Gerais - Intervales, Pós-graduação em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) - Centro Universitário Favени - Favени; Pós- graduado em Tecnologia da Informação e Comunicação

pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF; Bacharel em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC; Licenciatura em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC. E por último, e não menos importante, é um admirador e estudioso das obras de Paulo Freire, o qual o inspirou a escrever e trazer contribuições para a educação, sempre defendendo uma Pedagogia mais humana e democrática, com envolvimento de todos os personagens desse contexto e a comunidade ao qual estão inseridos, não deixando de lado as particularidades locais e as demandas cotidianas.

Immo, credo, omnes amor sacer est!

Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira, os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos

entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico-prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma, os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em

nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, visando viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias,

dissertações ou teses de doutorado.

O público terá terãõ acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Índice Remissivo



A

Alunos

página 47

página 56

página 78

página 84

E

Educação

página 92

página 104

página 111

página 123

Escola

página 66

página 91

página 96

página 101

P

Paulo Freire

página 57

página 116

página 117

página 121

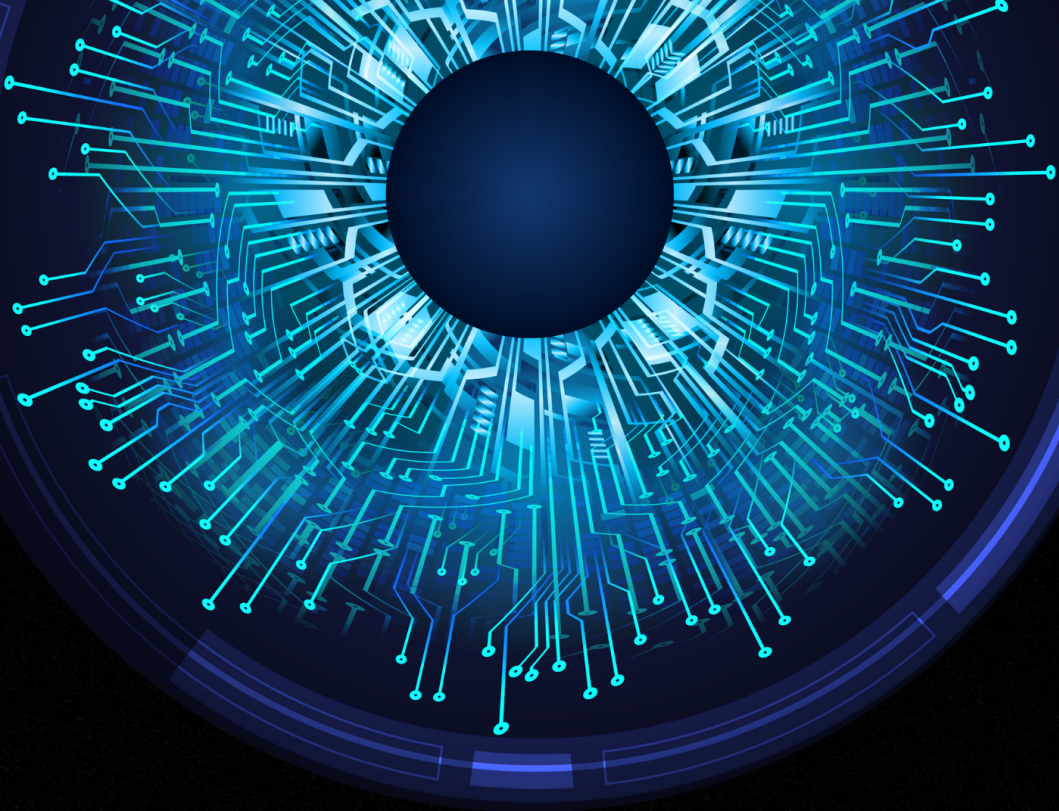
Pedagogia

página 31

página 62

página 67

página 120



Essa obra escrita pelo pesquisador possui grande relevância ao discutir a contribuição de Paulo Freire no processo da gestão democrática no ambiente escolar, permitindo assim, uma reflexão e crítica construtiva sobre o modelo de ensino atual.



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA